

Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

XV Curso de Especialização em Relações Internacionais

**O Corpo de Fuzileiros Navais como ferramenta de projeção de poder
nas Relações Internacionais do Brasil no século XXI**

Alessandro Mello de Sousa

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais**

Orientador: Professor Doutor Alcides Vaz

Brasília

2014

Resumo

De uma perspectiva dos realistas, neo-realistas e dos construtivistas, são apontados possíveis cenários para a nova ordem mundial e as consequências para a estruturação do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) no século XXI; descreve-se a evolução do fenômeno da Guerra, aponta-se como este fenômeno se apresenta neste século, da perspectiva de Antulio Echevarria e Martin Van Creveld e apontam-se as consequências para a estruturação do CFN no século XXI; identifica-se que capacidades a Marinha do Brasil deve possuir para permitir que o Corpo de Fuzileiros Navais seja utilizado como ferramenta de projeção de poder nos possíveis cenários apresentados para a nova ordem mundial e aponta-se consequências para a estruturação do CFN no século XXI; e identifica-se que capacidades o Corpo de Fuzileiros Navais deve possuir para ser utilizado como ferramenta de projeção de poder nos possíveis cenários apresentados para a nova ordem mundial. Dos conflitos não-Estatais na América Latina, não há nenhum conflito que possa afetar diretamente o Brasil e o Atlântico Sul, no entanto há possibilidade de agravamento da problemática referente à Guerra às Drogas que pode levar desdobramentos, inicialmente, para a região amazônica, região de possível emprego para a MB e, conseqüentemente, para o CFN. Dos cenários apresentados, nenhum parece afetar diretamente o Brasil, no entanto, não se pode precisar se seus desdobramentos trarão um impacto significativo na economia. Como o Brasil, aspira e, vem se inserindo, com uma maior projeção no cenário internacional se faz necessário possuir Forças Armadas condizentes com esta aspiração. As abordagens de Echevarria e de Creveld, contem afirmações importantes para se definir para que tipo de conflito devem as Forças Armadas se preparar e em que estratégias devem se basear para se reinventar e o CFN deve, portanto, possuir uma estrutura flexível o suficiente para permitir ao fuzileiro naval ter capacidade de se adaptar rapidamente a qualquer situação. Em termos de conflitos armados, parece haver uma clara tendência de deslocamento do conflito para a região Africana e para o Sul e Sudeste da Ásia, regiões onde são encontrados ou por onde passam grande parcela de petróleo e gás que supre os principais consumidores destes recursos aumentando o desafio para as Marinhas que tem como tarefa a proteção dos interesses vitais para seus Estados origem. Para que o Brasil concretize suas aspirações, necessita de Forças Armadas bem aparelhadas para enfrentar os desafios que são e serão apresentados neste século. As Forças Navais, porque possuem como características a mobilidade, permanência, flexibilidade e versatilidade, se apresentam como ferramenta adequada para o cumprimento da tarefa de projeção de poder. Faz-se necessária a definição de cenários prospectivos para adequar a estratégia da dissuasão, uma vez que, para dissuadir, é preciso verificar qual é a ameaça existente ou potencial. O CFN já possui as características necessárias para ser empregado como ferramenta de projeção de poder; no entanto, é necessário um programa de aquisição de variados navios para permitir que o caráter expedicionário possa de fato ser atendido e garantido que a estratégia de dissuasão seja efetiva.

Palavras-chave: Corpo de Fuzileiros Navais, projeção de poder, século XXI

Abstract

From a realistic, neo-realistic and constructivist's perspectives are pointed out possible scenarios for the new world order and the consequences for the structuring of the Brazilian Marines (CFN) in the XXI century, describes the evolution of the phenomenon of war , it is pointed out how this phenomenon is presented in this century, from the prospect of Antulio Echevarria and Martin Van Creveld, points the consequences for the structuring of CFN in the century, it identifies what capabilities the Navy of Brazil (MB) should have to allow the Marine Corps be used as a power projection tool in scenarios presented to the new world order, and it points to implications for the structuring of the CFN in the century , and it identifies what capabilities the Marine Corps must possess to be used as a power projection tool in the scenarios presented to the new world order. There is no Non-state conflicts in Latin America that can directly affect Brazil and the South Atlantic, however there is a possibility of worsening problems related to the War on Drugs developments that may lead initially to the Amazon region, region of possible use for MB and hence to the CFN. From the scenarios presented none seem to directly affect Brazil, however, it difficult to precise their impact on the economy. As Brazil aspires and has been entering with greater projection on the international scenario is necessary to possess armed forces consistent with this aspiration. Approaches from Echevarria and Creveld, contains important statements to define which type of conflict should the Armed Forces to prepare for and what strategies should be based to reinvent itself and because of this CFN must possess a flexible structure enough to allow the marine be able to adapt quickly to any situation . In terms of armed conflict, there seems to be a clear tendency to shift to African region and South and Southeast Asia, regions where there are located or where pass through a large portion of oil and gas that supplies the main consumers of these resources increasing the challenge for the Navy which is tasked with the protection of vital interests to their origin States. For Brazil to materialize their aspirations, needs well-equipped armed forces to meet the challenges that are and will be presented in this century. The Naval Forces, because they have features like mobility, permanence, flexibility and versatility, are presented as appropriate tool for fulfilling the task of projecting power tool. It is necessary to define future scenarios to fit the strategy of deterrence, since, to deter is needed to check which the existing or potential threat is. The CFN already has the necessary characteristics to be employed as a power projection tool, however, an acquisition program of varied vessels is necessary to allow the expeditionary character can actually be serviced and guaranteed that the strategy of deterrence to be effective.

Keywords: Marine Corps, power projection, XXI century

Os componentes da Expressão Militar do Poder Nacional são o Poder Naval, o Poder Militar Terrestre e o Poder Militar Aeroespacial. O Poder Naval, parte integrante do Poder Marítimo capacitada a atuar militarmente no mar, compreende as Forças Navais, incluídos os meios navais, aeronavais próprios e de Fuzileiros Navais e deve dispor de capacidade para cumprir as seguintes tarefas básicas: controlar áreas marítimas; negar o uso do mar ao inimigo; projetar poder sobre terra; e contribuir para a dissuasão. Suas principais características são a mobilidade, a permanência, a flexibilidade e a versatilidade.

O CFN é a parcela do Poder Naval que cumpre a tarefa básica de projetar poder sobre terra, além de contribuir para a dissuasão.

Segundo a Política de Defesa Nacional (PDN), o conceito de Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. Neste contexto, o CFN se distingue por ser a parcela do poder militar destinada, por suas características intrínsecas, à defesa dos interesses nacionais em qualquer parte do mundo e, portanto se apresenta como ferramenta adequada para projeção de poder nas Relações Internacionais do Brasil no século XXI.

O artigo visa apontar, de uma perspectiva dos realistas, neo-realistas e dos construtivistas, possíveis cenários para a nova ordem mundial e as consequências para a estruturação do CFN no século XXI; descrever a evolução do fenômeno da Guerra, apontar como este fenômeno se apresenta no século XXI, da perspectiva de Antulio Echevarria e Martin Van Creveld e apontar consequências para a estruturação do CFN no século XXI; identificar que capacidades a Marinha do Brasil deve possuir para permitir que o Corpo de Fuzileiros Navais seja utilizado como ferramenta de projeção de poder nos possíveis cenários apresentados para a nova ordem mundial e apontar consequências para a estruturação do CFN no século XXI; e identificar que capacidades o Corpo de Fuzileiros Navais deve possuir para ser utilizado como ferramenta de projeção de poder nos possíveis cenários apresentados para a nova ordem mundial.

Os militares, particularmente no ocidente, são muito influenciados pelas perspectivas de guerra de Jomini e Clausewitz. O que mais influencia a doutrina no Corpo de Fuzileiros Navais é Clausewitz, particularmente sobre a definição do que é guerra, seu objetivo e sua natureza:

“War is nothing but a duel...Each tries through physical force to compel the other to do his will; his immediate aim is to throw his opponent in order to make him incapable of further resistance...Force— that is, physical force, for moral force has no existence save as expressed in the state and the law—is thus the means of war; to impose our will on the enemy is its object. To secure that object we must render the enemy powerless; and that, in theory, is the true aim of warfare...”

“... war is merely an act of policy but a true political instrument, a continuation of political intercourse, carried on with other means... the more closely will the military and less political objects of war coincide, and the more military and less political will war appear to be.” (HOWARD, 1989)

A partir da abordagem acima, realizada por Clausewitz, sobre a guerra e sua natureza, no mundo ocidental particularmente, são planejadas políticas, que na maioria das vezes são apoiadas estratégias militares e porque não dizer apoiadas em estratégias militares.

Nesse contexto e a partir do que está previsto na Estratégia Nacional de Defesa e na Política de Defesa Nacional, meu artigo visa a partir de cenários, melhor entender a atual destinação dada ao CFN e em analisar se o CFN possui as capacidades para enfrentar os desafios vislumbrados como cenários no século XXI e ser empregado como ferramenta de projeção de poder, uma vez que, além de ser uma força expedicionária por excelência, deve possuir capacidade de defender os interesses do Brasil em qualquer lugar do mundo:

*“Para assegurar sua capacidade de projeção de poder, a Marinha possuirá, ainda, meios de Fuzileiros Navais, em permanente condição de pronto emprego. A existência de tais meios é também essencial para a defesa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras, para atuar em operações internacionais de paz, em operações humanitárias, **em qualquer lugar do mundo**. Nas vias fluviais, serão fundamentais para assegurar o controle das margens durante as operações ribeirinhas. O Corpo de Fuzileiros Navais consolidar-se-á como a **força de caráter expedicionário por excelência**.” (DEFESA, 2008)*

*“... o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e **incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África...**” (DEFESA, 2005)*

*“... Entre os processos que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico, destacam-se...a intensificação da **cooperação** e do comércio com **países africanos**, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul.” (DEFESA, 2005)*

“Assim, da avaliação dos ambientes descritos, emergem objetivos da Defesa Nacional:

- I - a garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial;
- II - a **defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior;**
- III - a contribuição para a preservação da coesão e unidade nacionais;

IV - a promoção da estabilidade regional;
V - a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e
VI - a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.” (DEFESA, 2005)
“Para alcançá-los, devem-se observar as seguintes diretrizes estratégicas:
I - **manter forças estratégicas em condições de emprego imediato**, para a solução de conflitos;
II - **dispor de meios militares com capacidade de salvaguardar** as pessoas, os bens e os **recursos brasileiros no exterior**; ...” (DEFESA, 2005)

Quais são os cenários vislumbrados?

A fim de não permanecer no universo comum e fazer uma abordagem que também abranja a clássica, militar, para apontar um ou mais cenários possíveis para serem enfrentados pelo Brasil neste século XXI, exponho resumidamente as correntes de Relações Internacionais que influenciam de forma significativa as nações e o modo como se comportam no Sistema Internacional.

O Realismo

Os realistas consideram, por exemplo, que uma das principais heranças de Tucídides é que, “em um mundo onde os poderosos fazem o que têm poder de fazer e os fracos aceitam o que têm que aceitar”, o medo de não sobreviver, o medo de deixar de existir, leva os Estados a iniciarem e se engajarem em guerras. A partir disso, os realistas destacam dois conceitos: o que veio a se chamar, posteriormente, de **anarquia internacional**, devido à falta de uma autoridade legítima e soberana no nível internacional que garanta o direito à sobrevivência de todos os atores e o correlato medo de não sobreviver.

Maquiavel deixa como herança a ênfase na sobrevivência do Estado como ator ou em outras palavras, o príncipe sem um Estado perde sua relevância. Para os realistas, Maquiavel lida com o mundo real, e não com o mundo como deveria ser e ainda caracteriza as relações entre cidades-Estado como **desprovida de qualquer caráter moral ou ético**. Segundo sua visão a moralidade que orienta as ações do indivíduo não se aplica e nem deveria orientar as ações do príncipe.

Hobbes conceitua o estado de natureza que é comparado com o estado de anarquia no sistema internacional, onde não haveria um soberano com o monopólio do uso legítimo da força nas relações internacionais.

Do acima exposto pode-se depreender que os três pensadores destacam os elementos de **sobrevivência, poder, medo e anarquia internacional** que representam as premissas centrais do realismo e ainda comparam a postura dos Estados no ambiente internacional a fatores da natureza humana: o medo, o prestígio e a ambição.

É importante pontuar que para alguns realistas, mais do que o poder em si, mas o equilíbrio de poder que importa, enquanto que para outros realistas, os Estados devem buscar o poder como um fim em si mesmo, no entanto pode-se dizer que os realistas enfatizam os ganhos relativos.

Na visão dos realistas o Estado é o ator central das relações internacionais e tem duas funções precisas: **manter a paz dentro de suas fronteiras e a segurança de seus cidadãos em relação a agressões externas**. Os realistas consideram também que o Estado é um ator unitário e racional, o que significa que o Estado age de maneira uniforme e homogênea e em defesa do interesse nacional, procurando o menor custo e o maior benefício.

A partir dos princípios de Hans Morgenthau, quem organizou e deu consistência ao realismo, pode-se sintetizar de uma perspectiva contemporânea, o que foi apresentado acima. Vejamos:

Primeiro princípio: A **política**, bem como a sociedade, é governada por leis objetivas que **refletem a natureza humana**;

Segundo princípio: **Os interesses são definidos em termos de poder e a teoria é sempre da perspectiva do estadista**;

Terceiro princípio: **O poder**, conceito universalmente definido, **varia no tempo e no espaço**, isto é, a expressão do poder varia com o contexto e o lugar nos quais este poder é exercido;

Quarto princípio: Estabelece a importância dos **princípios morais** como guias da ação política, mas estes devem ser **subordinados aos interesses da ação política**;

Quinto princípio: **Os princípios morais não são universais**, mas sim particulares, ou seja, as aspirações e princípios morais de um Estado não são universais, podem até mesmo se aplicar somente a ele; e

Sexto princípio: **Autonomia da esfera política em relação às demais esferas.** Segundo ele, a política pode visar a manter o poder, aumentar o poder ou demonstrar o poder. Com a política de prestígio, os Estados buscam impressionar os demais com seu próprio poder e suas capacidades por meio de dois mecanismos: a diplomacia e o uso da força. **O prestígio chega a seu ápice quando o uso da força se torna desnecessário e basta a ameaça para atingir os objetivos.**

O Neo-Realismo de Waltz

De acordo com Waltz, a pergunta central a ser respondida pelas relações internacionais é: Por que sempre houve guerra, desde a Grécia Antiga de Tucídides aos dias de hoje? Responde que a existência da **anarquia internacional é a causa da permanente recorrência de guerras no sistema internacional** e indica que esta resposta seria uma resposta estrutural para o fenômeno, reduziu ainda mais a resposta quando afirmou que todas as explicações sobre as causas da guerra podiam, primeiramente, ser encaixadas como parte da primeira imagem (imagem do indivíduo), da segunda imagem (imagem do Estado ou da terceira imagem (imagem do sistema internacional) e depois, que a busca da **causa da guerra só fazia sentido no nível internacional.**

Waltz descreve também em sua teoria que, qualquer estrutura, inclusive a internacional, é definida em termos de três características: seu **princípio ordenador**, a **característica de suas unidades** e a **distribuição das capacidades entre elas** e entende que só há duas possibilidades de princípios ordenadores: **a hierárquica e a anárquica.** Complementa ainda, que toda e qualquer estrutura pode ter dois tipos de distribuição das capacidades entre suas unidades, bipolar e multipolar, descartando, portanto, a possibilidade de uma estrutura unipolar, pois se confundiria com uma estrutura hierárquica. Segundo ele, o princípio ordenador que vigora nas relações internacionais é a **anarquia**, ou seja, a ausência de uma autoridade soberana que tenha o monopólio do

uso legítimo da coerção; as unidades nestas relações se caracterizam pelo sistema de auto-ajuda onde cada unidade tenta **preservar sua sobrevivência**; e o sistema é necessariamente **bipolar ou multipolar**.

O Construtivismo de Wendt e uma outra abordagem de Buzan

Wendt busca questionar a posição de Waltz, que privilegia o nível da estrutura em detrimento do nível dos agentes. Para ele a anarquia não possui apenas uma lógica única de conflito e competição, mas pode reverter tanto lógicas de conflito quanto de cooperação, dependendo do que os Estados querem fazer dela. Segundo ele, a anarquia (a estrutura) é o que os Estados (agentes) fazem dela. Na discussão da formação das identidades coletivas, Wendt definiu-as como produto de processos relacionais, sujeitas a mudanças e que estas mudanças podem, inclusive, modificar a lógica de funcionamento da anarquia. A partir disto a ação dos Estados em prol da defesa do interesse nacional como algo previamente determinado pode ser revista e é preciso definir as identidades que estão na origem deste interesse. O mundo, em sua perspectiva (endógena), é socialmente construído e por isso é produto de ideias e dos valores dos agentes que o constroem. Ele afirma que há três culturas de anarquia, **a hobbesiana (de inimidade), a lockeana (de rivalidade) e a kantiana (de amizade)** que podem ser internalizadas em três níveis diferentes, **pela força, pelos interesses e como resultado da legitimidade**, formando assim uma matriz de três culturas por três níveis de internalização, onde as mais polêmicas são a kantiana baseada na força e a hobbesiana baseada na legitimidade.

Uma observação importante, apresentada por Wendt, que se refere às instituições, afirma que a eficiência delas depende dos **valores que as desenharão** e para busca de que **propósitos os agentes querem as construir**, incorporando uma perspectiva de Onuf que as **instituições são construídas pelos agentes**.

Uma perspectiva construtivista que muito influencia este artigo é a de Barry Buzan que examina a dinâmica de segurança em cinco setores: militar, político, econômico, ambiental e social rejeitando a análise tradicionalista que restringe segurança a um setor. A sua perspectiva oferece um método que distingue o processo de

securitização do de politização para a compreensão de quem pode securitizar o que e em que condições. Ressalta que a lógica utilizada pela teoria tradicional militar e centrada no Estado, explicava a realidade durante a Guerra Fria, mas que carece de outras abordagens, não tradicionais, que cresceram de importância na nova realidade mundial.

Qual cenário é possível de se concretizar no século XXI com importantes repercussões para o Brasil?

Num ambiente internacional onde são válidas e, porque não dizer, aplicadas, a todo o momento, as teorias acima apresentadas, onde a lógica é de anarquia, interesses definidos em termos de poder e da perspectiva de Estados que visam a preservar sua sobrevivência pela força se necessário e de manter a paz dentro de suas fronteiras e a segurança de seus cidadãos em relação a agressões externas, ainda que se possa construir relações diferentes, estas relações dependem de como os Estados se apresentam. Neste contexto, figura o Brasil, país continental com um litoral aberto de fácil abordagem, com – se contarmos as baías, enseadas e ilhas– 9.198 km de extensão para vigiar e cuidar, um histórico de paz prolongada e várias pretensões internacionais, dentre elas a de um assento permanente no Conselho de Segurança.

A fim de permitir uma avaliação do cenário, e partindo de um ponto nevrálgico para qualquer nação, por uma questão de sobrevivência do Estado, 95% do comércio exterior brasileiro, importação e exportação, usam o Atlântico como via principal de acesso, que 90% de todo petróleo e gás do país encontra-se em zonas *offshore* e que 86% da população encontra-se em cidades as suas margens e dependendo dele diretamente para sua alimentação, transporte, lazer e bem-estar (JOBIM, 2010).

Segundo Gabrielli (JOBIM, 2010), ex-presidente da Petrobrás, haverá aumento de tensões geopolíticas no que tange ao acesso a petróleo e gás no mundo e o Atlântico Sul será um novo centro produtor importante, chamando atenção sem precedentes e, desempenhando um papel que nunca desempenhou, se destacando como provedor desse recurso energético indispensável à vida como a conhecemos hoje. Relata ainda que hoje a Petrobrás figura como a maior empresa naval petrolífera do mundo, responsável pela operação de 22% da produção mundial em águas profundas e por 18% das embarcações que produzem petróleo no mundo. A Petrobrás opera em águas profundas no Brasil, em

Angola, na Nigéria, na Namíbia, em Portugal, na Turquia, na Colômbia e nos Estados Unidos, além de também estar presente nas áreas do chamado Terciário Oceânico, que é considerada das mais promissoras e importantes do Golfo do México, na região de Palara, na Colômbia, na costa oeste da África e iniciando atividades no sul da Argentina, em sua ponta austral.

Ainda segundo Gabrielli, a matriz energética mundial hoje tem 14% de fontes renováveis e 86% de fontes não renováveis, onde predominam o carvão, o petróleo e o gás natural. Em sua visão, até 2030, esta proporção não se alterará substancialmente e haverá uma mudança importante no uso do tipo de matriz energética para transporte. A situação do Brasil difere da situação mundial, enquanto que no mundo os não renováveis são 86%, no Brasil representam 54%.

Em sua projeção para 2030, a proporção entre não renováveis e renováveis não se alterará, a cana crescerá um pouco e outros renováveis também. No entanto, mesmo que haja um crescimento muito grande de outros renováveis (energia eólica e solar), aponta que não seria significativo em relação à matriz mundial. Hoje as energias solar, eólica e de ondas geotermiais representam 0,7% da matriz energética mundial. Multiplicando-se esse valor por dez, uma perspectiva muito otimista, chegar-se-ia a 7%.

Em sua abordagem, Gabrielli menciona, no que tange às relações geopolíticas do Brasil que, em relação à demanda, hoje os Estados Unidos recebem mais petróleo do Brasil, Venezuela e Canadá, reunidos, do que da Arábia Saudita, a China usa predominantemente petróleo do Oriente Médio, da África e da ex-União Soviética, a Comunidade Européia do Norte da África e da ex-União Soviética, a Índia, apesar de possuir uma matriz energética diferenciada em relação às outras nações, apresenta uma demanda crescente do petróleo da América do Sul e da África Ocidental, já a Rússia é exportadora de petróleo e importa tipos diferentes de derivados de petróleo da Europa, dos Estados Unidos e da China. Já em relação à oferta, esta gira em torno de 85 milhões de barris por dia e é dividida entre a Opep e outros países produtores. As reservas mundiais em 1977 representavam 66% da oferta do petróleo mundial, hoje respondem por 76% e a projeção para 2030 indica que os países exportadores de petróleo aumentarão a oferta. Especificamente no caso do Brasil, o fluxo de recebimento de

petróleo provém da América do Sul, do Oriente Médio e da costa oeste africana e fornecemos principalmente para os Estados Unidos e o Caribe. Aponta que o grande desafio do Brasil é o de protegermos nossa frota, que navega em direção ao Golfo Pérsico, particularmente na Somália e na região do Quênia, devido à expansão da pirataria. A projeção é de que em 2020 teremos dobrado o excedente de barris de petróleo de um milhão de barris para dois milhões de barris, não incluídas as novas áreas de pré-sal e nem os novos sócios da Petrobrás que estarão produzindo em torno de um milhão de barris. Além disso, está sendo construída uma capacidade de refino adicional aos já existentes de dois milhões, em 1,2 milhões de barris por dia, ou seja, em 2020 estaremos, na pior das hipóteses, exportando o dobro a mais de petróleo e derivados. Há a expectativa também de que, em virtude da disputa por custo, haja um deslocamento inerente à estrutura de mercado para o Atlântico Sul, pois se tornará, em termos de Brasil somente, uma fonte importante, supridora do dobro do que é fornecido hoje. Chama atenção para a constituição do subsolo africano e brasileiro ser iguais, particularmente na região setentrional da África, o que dá um vulto difícil de prever em termos de expansão, mas que sem sombra de dúvida reforça a questão da segurança.

Um termo que constitui quase um jargão para definir o cenário que os Estados enfrentarão no século XXI é o de “novas ameaças”, Héctor Luis Saint-Pierre (JOBIM, 2010) quando as retrata juntamente com a segurança internacional reflete sobre a etimologia da palavra ameaça e descreve:

“**ameaça**” (do latim *minacia*) pode significar: 1) palavra ou gesto intimidador; 2) promessa de castigo ou malefício; 3) prenúncio ou indício de coisa desagradável ou temível, de desgraça, de doença. Sempre é algo que indica que mostra que anuncia um dano, uma desgraça. A ameaça não é a própria desgraça, o inimigo o dano ou o ataque, mas seu anúncio, seu indicativo, seu sinal.”

“A ameaça é uma representação um sinal, é certa disposição, manifestação ou gesto percebidos como anúncio de uma situação não desejada ou de risco para a existência de quem a percebe.”

Ele destaca que a ameaça é essencialmente diferente do que anuncia e dá como exemplo a representação das cores amarela e verde de certos animais que seriam suficiente para advertir a outros sobre o perigo, no entanto frisa que essas cores não, necessariamente, teriam relação com o veneno que tornaria perigoso este animal. Do seu ponto de vista, a ameaça está longe de constituir uma agressão em si mesma, mas permite que o ameaçado adote medidas preventivas para se proteger da agressão que ela

anuncia e permitiria ainda uma tomada de consciência das agressões potenciais. Expõe que da perspectiva de Estados possuidores de artefatos nucleares, estes se utilizam da possibilidade de sua utilização para garantir sua segurança, mas para os Estados vizinhos, estes artefatos constituem uma ameaça. O ponto que Saint-Pierre destaca e que se enquadra perfeitamente ao que vem acontecendo com o mundo hoje é que alguns governos se preocupam em identificar suas ameaças concretas e tentam impor suas percepções de “ameaças” às agendas coletivas, no entanto, infere considerações acertadas, do ponto de vista político, acerca destas “ameaças” ilustrando, primeiramente que se a percepção depende da natureza e das particularidades de quem as percebe seria arbitrário impor agendas hemisféricas de segurança e também que, admitindo-se a hipótese de implementação de uma agenda regional de ameaças frente a um sinal detectado por todas as unidades políticas, cada uma pode percebê-lo como uma ameaça ou não.

Para chegar a um ou mais possíveis cenários é de relevante importância fazer uma breve avaliação do ambiente em que se encontram os participantes, dos atores envolvidos e das ameaças existentes.

Partindo do ambiente em que se encontram os atores, de acordo com Ignácio Ramonet (RAMONET, 2004), todos os Estados são afetados pela dinâmica da globalização e um tipo de segunda revolução capitalista. O processo de globalização e, particularmente a globalização econômica, está tão disseminado no mundo que poder-se-ia dizer que vivemos um novo período de conquista comparável com o período colonial, entretanto a globalização está menos ligada à conquista de territórios, mas de mercados. O propósito do poder moderno não está mais associado à anexação de territórios, como acontecia nos tempos das grandes invasões ou expansão colonial, mas do controle da riqueza. Segundo Ramonet hoje vivemos num mundo onde a lógica é a da pilhagem ou acumulação em escala, nunca antes pensada, planetária. No entanto este fenômeno vem acompanhado de criminalidade econômica, ligada ao mundo financeiro e aos mega bancos que são responsáveis por somas superiores a trilhões de euros por ano, ou mais do que o Produto Nacional Bruto de um terço da humanidade. Esta comercialização generalizada exacerba drasticamente a desigualdade. De seu ponto de vista, o mundo

está trilhando o caminho errado. Estados, como estruturas sociais tradicionais, foram extintos com consequências catastróficas. No Paquistão, no Cáucaso, Argélia, Somália, Sudão, Congo, Colômbia, Filipinas e Sri Lanka, entidades caóticas e incontroláveis surgiram, dispensando quaisquer formas de legalidade e representando o retorno à barbárie. A força prevalece a qualquer forma de legalidade e grupos violentos são capazes de subjugar os cidadãos à imposição de suas leis. Novas ameaças surgem: hiperterrorismo, fanatismos étnicos e religiosos, proliferação nuclear, crime organizado, redes de máfias, especulação financeira, colapso de empresas globais, corrupção em larga escala, disseminação de novas pandemias, desastres ecológicos, efeito estufa, desertificação, etc.

Segundo Ramonet ainda, o conceito geopolítico básico de Estado, o de poder, soberania, independência, fronteiras e democracia adquiriram novos significados e ao se observar o funcionamento real do sistema internacional, pode-se dizer que os atores também mudaram.

Interessa aprofundar o conceito de poder para possibilitar o entendimento de quem domina e quem é dominado, desde este viés. Segundo Joseph S. Nye Jr. (Nye Jr., 2012), para se definir poder é conveniente começar pela definição do dicionário e destaca em sua obra que poder é a capacidade para fazer coisas em situações sociais para afetar outros a conseguirem os resultados que queremos. Para ele, um conceito de poder orientado para a política depende de um contexto específico para nos dizer quem consegue o quê, como, onde e quando. Segundo Nye Jr. as definições comportamentais julgam o poder pelos resultados, que são determinados após a ação (denominado pelos economistas por *ex post*), em vez de antes da ação (*ex ante*). Por este motivo o poder, frequentemente, é definido apenas em relação aos recursos que podem produzir resultados. De acordo com esta última definição de poder, como recursos, um país seria poderoso se tivesse uma população relativamente grande, território, recursos naturais, solidez econômica, força militar e estabilidade social e desta forma faz o poder parecer concreto, mensurável e previsível – um guia para a ação. Por exemplo, quando se fala em poder crescente na China ou na Índia, tende-se a apontar para as populações maiores e para os recursos econômicos ou militares aumentados destes países. Mas se a

capacidade que esses recursos implicam pode realmente ser convertida em resultados vai depender dos contextos e da habilidade do país em converter os recursos em estratégias que produzam esses resultados.

Nye Jr. descreve também que além da distinção entre recurso e as definições relacionais de poder convém distinguir três aspectos diferentes do poder relacional: comando da mudança, controle das agendas e estabelecimento das preferências, ilustrados na Tabela 1.1

PRIMEIRA FACE: **A** usa ameaças ou recompensas para mudar o comportamento de **B** contra as preferências e estratégias iniciais deste. **B** sabe disso e sente o efeito do poder de **A**.

SEGUNDA FACE: **A** controla a agenda das ações de uma maneira que limita as escolhas de estratégias de **B**. **B** pode ou não saber disso e estar consciente do poder de **A**.

TERCEIRA FACE: **A** ajuda a criar e moldar as crenças, percepções e preferências básicas de **B**. É improvável que **B** tenha consciência disso ou entenda o efeito do poder de **A**.

Fonte: (Nye Jr., 2012)(Tabela 1.1) – Três aspectos do poder relacional

Nye Jr. chama atenção para o conceito de poder inteligente que engloba os poderes duro e brando a fim de garantir a conquista de corações e mentes. Porém, em sua visão, é de suma importância que para se traçar uma estratégia inteligente e eficiente se faz necessário responder a cinco perguntas: **que objetivos e resultados são preferidos, que recursos estão disponíveis e em que contextos, quais são as posições e as preferências dos alvos de tentativas de influência, que formas de comportamento tem maior probabilidade de sucesso e qual a probabilidade de sucesso.**

Quais são as principais características do ambiente mundial atual e como elas estão mudando? Para Nye Jr. o contexto da política internacional atual é comparado a um jogo de xadrez tridimensional onde o poder militar interestatal está altamente concentrado nos Estados Unidos; o poder econômico interestatal está distribuído de maneira multipolar entre os Estados Unidos, a União Européia, o Japão e os Brics; e o poder sobre as questões transnacionais, como mudança do clima, crime, terror e pandemias, é extremamente difuso. Com relação à avaliação da distribuição dos recursos, esta varia em cada domínio. O mundo não é unipolar, multipolar, nem caótico, mas os três ao mesmo tempo. **Desta forma, uma grande estratégia inteligente deve ser capaz de lidar com distribuições de poder muito diferentes em diferentes domínios e entender seus compromissos.**

Já Ramonet faz o seguinte questionamento: quem domina o mundo no limiar do século XXI? Para ele em termos geopolíticos e militares, os Estados Unidos, Reino Unido e França dominam o mundo e na esfera econômica os Estados Unidos, Alemanha e Japão.

Que ameaças concretas existem no mundo contemporâneo?

Em sua obra, *Les guerres de demain*, Pascal Boniface faz uma pergunta crucial para respondermos ao questionamento acima: As Guerras irão desaparecer? Boniface enumera mais de trinta possibilidades de guerra e/ou conflitos armados dentre eles: contra o terrorismo, de civilizações, de religião, **Estados Unidos da América (EUA) e países muçulmanos**, EUA e Estados pária, nucleares, químicas, bacteriológicas, Norte e Sul, demográficas, de diáspora, de fluxos migratórios, de fome, **do petróleo e gás**, da água, de meio ambiente, **das drogas**, econômicas, de informações, do espaço, urbanas, de secessão, assimétricas e dissimétricas, **China e EUA**, China-Rússia e EUA, China e Rússia, China e Japão, Japão e EUA, Índia e China, Índia e Paquistão dentre outras. Obviamente a análise de cada possibilidade enumerada por ele dificilmente poderia ser esgotada neste artigo, portanto, será fixada a atenção em uma delas, não que seja a única a afetar diretamente o Brasil, mas que parece, se ocorrer, colocará o Brasil em posição destacada. Também será abordado outro possível cenário, sem afetar diretamente, mas com repercussões importantes para o Brasil e para a proteção de seu patrimônio.

A Guerra do Petróleo e Gás

Para Boniface, a perspectiva de uma escassez de energia ainda é um fantasma, se o mundo não parar, ou se, pelo menos houver uma forte desaceleração da atividade econômica, teremos conflitos em torno desta questão. As guerras do Golfo, a guerra entre a Armênia e o Azerbaijão, a intervenção das forças turcas contra os curdos (no território turco e no Iraque), a instabilidade na Geórgia, a intervenção na Chechênia, a guerra civil no Afeganistão e embora com enfoques bastante distintos tinham esta questão como central e são somente um prelúdio do que poderá acontecer se forem mantidas as mesmas razões de crescimento baseados na matriz energética atual, O desenvolvimento de Índia e China, e porque não dizer de todo o ocidente desenvolvido, países que não possuem suficientes recursos energéticos para satisfazer suas necessidades, já apresentam tendências expansionistas, do ponto de vista geopolítico energético e tentam, com até a mudança de suas matrizes energéticas, alcançar esta matéria-prima em outros continentes.

O risco de um conflito, que tenha suas origens no fator petroleiro é de fato real. Especialmente a forte dependência dos grandes países industriais - que têm o petróleo como a sua principal fonte de energia - os torna vulneráveis.

A fim de ilustrar esta tendência, a publicação “Assessing the Role of Distributed Power Systems (DPS) in the U.S. Power Sector” descreve o consumo das tropas americanas:

“The U.S. military consumes **360,000 barrels of oil per day**, almost as much as Pakistan and Thailand and slightly more than the Philippines. While more than 80 percent of that consumption is for jet fuel, a substantial portion is also used for electricity in portable generators, making the military one of the few primary users of oil for the electric grid. The current costs of that fuel are high; they are also difficult to estimate reliably, especially when one includes, as the military does, the so-called “fully burdened” costs of fuel that include all of the ancillary costs of delivering and maintaining reliable fuel supplies where they are needed. Even without such calculations, the U.S. military pays an enormous amount for fuel: **\$8.8 Billion for 130 Million barrels of petroleum in 2005 and \$17.9 Billion for 134 million barrels of oil in 2008.**”

Embora tenha havido planejamento¹ para diminuir esta tendência, até o presente momento, não parece ter surtido o efeito desejado e mudado o cenário de forma significativa, de modo a reverter o processo de dependência desta fonte de recurso pelas as Forças Armadas estadunidenses.

Pela posse ou em busca destes recursos e/ou de rotas que garantam a segurança da chegada deles, são travados conflitos armados e algumas vezes há aumento de tensões regionais. A partir de definições utilizadas pelo “*Stockholm International Peace Research Institute*” (SIPRI, 2013) será explicado como o autor visualiza o cenário, que pode ser resultado de dois tipos de conflito: “*State-based conflicts*”² e “*Non-State conflicts*”³.

Os conflitos baseados no Estado (**tabelas 1.3 e 1.4 – anexo A**) podem ser de três naturezas de acordo com a terminologia utilizada pelo SIPRI: interestado, intraestado e intraestado internacionalizado. Os conflitos interestatais são travados entre dois ou mais governos dos Estados, os conflitos intra-estatais são travados entre um governo de um estado e um ou mais grupos rebeldes e os conflitos intraestados internacionalizados são os conflitos intra-estatais em que um ou ambos os lados recebem apoio da tropa de um Estado externo.

De acordo com o estudo realizado por Peter Wallensteen e Lotta Themnér sobre padrões de violência organizada⁴, foi constatado que os conflitos intra-estatais são de longe os mais comuns e representam mais de 80 por cento de todos os conflitos, e nunca são responsáveis por menos de 70 por cento.

¹ DPS have the potential to play a large role in the provision of secure energy for the military, both at its bases and in theater. Powering systems through distributed generation is one method of islanding key military systems to reduce vulnerability to attacks. DOD has recognized this, and seeks to increase its use of distributed energy, including new forms of non-fossil distributed energy, to power its facilities. DOD plans to spend over \$600 million in fuel cells alone from 2008 to 2013.

² State-based conflict is defined as a contested incompatibility between two parties—at least one of which is the government of a state—that concerns government or territory or both, where the use of armed force by the parties results in at least 25 battle-related deaths in a calendar year. (SIPRI, 2013) Será utilizado o termo “conflito baseado no Estado” por falta de um termo mais apropriado.

³ A non-state conflict is defined as the use of armed force between two organized groups—neither of which is the government of a state—that results in at least 25 battle-related deaths in a year. (SIPRI, 2013) Será utilizado o termo “conflito não-Estatal” por falta de um termo mais apropriado.

⁴ Patterns of organized violence, 2002–11 (SIPRI, 2013)

Já os conflitos interestatais são o menos comuns. No período de 10 anos, 2002-11, havia apenas quatro: entre a Índia e o Paquistão (2001-2003), o Iraque e os EUA com os seus aliados (2003), Djibuti e Eritreia (2008), e no Camboja e na Tailândia (2011). Apesar de raros, os conflitos interestatais não devem ser negligenciados dados os vastos recursos que podem ser mobilizados pelos governos em relação a grupos rebeldes, intensificando-os rapidamente e causando um elevado número de mortes.

Um conflito não-estatal é definido como o uso da força armada entre dois grupos organizados que não fazem parte do governo e estão divididos em três subcategorias de acordo com os grupos de nível de organização: os conflitos entre grupos formalmente organizados como grupos rebeldes e milícias, os conflitos entre os partidários informalmente organizados e filiados de partidos políticos e candidatos (grupos de adeptos organizados informalmente) e os conflitos entre grupos informalmente organizados, que compartilham uma identificação comum seja étnica, de clã, de linhas religiosas, nacionais ou tribais. Assim, os conflitos não-estatais dizem respeito a um amplo espectro de violência que tende a afetar significativamente a população civil, mas muitas vezes tem menos implicações para as relações internacionais do que conflitos baseados no Estado. Um total de 223 conflitos não-estatais estavam ativos em todo o mundo em 2002-11, incluindo os 38 que estavam ativos em 2011 (**ver tabela 1.5– anexo A**) havendo um ligeiro aumento neste número ao longo da década (**ver tabela 1.6– anexo A**). O tipo mais comum de conflito não-estatal, no período observado, foi entre grupos étnicos ou religiosos informalmente organizados, representando 57 por cento do total.

Os conflitos intra-estatais internacionalizados ativos em 2002-11 podem ser divididos em duas grandes categorias que às vezes se sobrepõem: os conflitos ligados à "guerra global contra o terrorismo" dos EUA, como as guerras no Afeganistão e no Iraque e o conflito dos EUA com al-Qaeda e os casos de intervenção do governo nos conflitos internos em países vizinhos, como o conflito entre o Uganda e o Exército de Resistência do Senhor (LRA), onde o governo em 2011, recebeu o apoio da República Centro Africana (RCA), da República Democrática do Congo (RDC) e do Sudão do Sul.

Dos 73 conflitos baseados no estado ativos em 2002-11, 29 (ou 40 por cento) foram travadas na África, 27 (37 por cento) na Ásia, 9 no Oriente Médio (12 por cento), 4 na Europa (5 por cento) e 4 nas Américas (5 por cento). Enquanto a África começou a década com o maior número de conflitos, foi ultrapassado por Ásia e Oceania, entre 2003 e 2010, principalmente devido a um grande aumento no número de conflitos na Ásia do Sul e Central. Durante este período, a Ásia viu a retomada dos conflitos no Afeganistão e na província de Baluquistão do Paquistão, e a escalada de violência de baixa intensidade entre o Governo e os insurgentes tailandeses no sul da Tailândia. **(ver tabela 1.6– anexo A)**

Houve pouca mudança na taxa de violência organizada ao longo do período de 10 anos 2002-11, tanto em termos do número de atores envolvidos em estes tipos de atividade e o número de mortes. A violência unilateral exibiu uma clara tendência descendente durante o período, mas isso foi contrabalançado pelo aumento de conflitos baseados no estado e não-estatais. **(ver tabelas 1.5 e 1.6– anexo A)**

O número anual de conflitos não-estatais pode subir e cair drasticamente, não mostrando tendências óbvias. Por outro lado, grandes mudanças no número de conflitos baseados no estado tendem a acontecer lentamente, enquanto este gira em torno de um valor médio de 33 ao longo de 2002-11, ficando bem abaixo do ano de pico 1992, quando o valor médio era de 53 conflitos estavam ativos.

Outra diferença interessante entre os conflitos não-estatais e baseados no estado é que os primeiros tendem a ser mais esporádicos e de curto prazo.

Todas as três categorias de violência organizada foram mais comuns na África, no entanto, enquanto os conflitos não-estatais foram agrupados em alguns países e regiões, nomeadamente no Chifre da África e da Nigéria, muitos dos conflitos baseados no estado, também maiores na África, foram localizados em outros lugares, por exemplo, na Libéria e na África do Norte. No entanto, o número médio de mortes em conflitos não-estatais africanas foi menor do que, por exemplo, na violência não-estatal relacionada às drogas na América do Sul, que, em parte, reflete o nível de organização dos atores envolvidos.

Conflitos na Ásia

Embora tenha havido uma queda acentuada em violência organizada no Leste e no Sudeste da Ásia, no período 1980-2010, as disputas militarizadas no Estreito de Taiwan, na península coreana, no Mar do Leste da China e no Mar do Sul da China não foram resolvidas. Além disso, o crescimento econômico tem permitido muitos Estados adquirirem ou desenvolverem novos sistemas de arma. China e Coréia do Norte são potências nucleares, enquanto o Japão e a Coréia do Sul operam sob um guarda-chuva nuclear dos EUA. China, Japão e Coreia do Sul têm construído marinhas modernas e eficientes. A Marinha dos EUA aumentou sua presença na região e realizou muitos exercícios conjuntos com seus aliados.

Embora não haja ainda uma corrida armamentista regional, o crescimento da capacidade militar contribui, junto com contínuos conflitos armados intra-estatais em vários países, para a fragilidade da paz no Oriente Médio e no Sudeste Asiático. O número crescente de submarinos é considerado particularmente preocupante e desestabilizador.

A região ainda pode ter a chance de permanecer na paz que vem desfrutando por mais de 30 anos, mas isso vai exigir aperfeiçoamento de várias relações bilaterais e multilaterais, notadamente entre os dois Estados da Coréia, a China e o Japão, China e ANSEA⁵ e China e EUA. Infelizmente, não há, atualmente, um sinal de que os líderes nacionais estão prontos para entrar em cooperação de segurança regional para além dos quadros puramente consultivos da ANSEA +3 (ANSEA mais China, Japão e Coréia do Sul), o Fórum Regional da ANSEA, e da Cúpula da Ásia Oriental, que desde 2011 incluiu a Rússia e os EUA.

Da perspectiva acima apresentada e fazendo-se uma análise do que hoje ocorre no mundo em termos de conflitos armados (Tabelas 1.3 e 1.4), parece haver uma clara tendência de deslocamento do conflito para a região Africana e para o Sul e Sudeste da Ásia, regiões onde são encontrados ou por onde passam grande parcela de petróleo e gás que supre os principais consumidores destes recursos. À medida que isto for ocorrendo novos desafios emergirão, primeiramente, para as empresas que deverão alterar suas

⁵ Associação de Nações do Sudeste Asiático (ANSEA), em inglês: Association of Southeast Asian Nations (ANSEA)

rotas ou correr o risco de ter seu produto confiscado como já ocorre na região do chifre da África e, porque não dizer, para as Marinhas que tem como tarefa a proteção destas rotas, muitas vezes, vitais para seus Estados origem.

Concretizando-se o cenário apresentado por Gabrielli, haverá um deslocamento da atenção para o Atlântico Sul, primeiramente em busca deste recurso e porque não dizer em questionamento a quem pertence este recurso do pré-sal, aumentando assim a necessidade de uma Marinha do Brasil mais forte e presente nesta região e em outras regiões do mundo, protegendo seus cidadãos e os interesses do Brasil.

Neste contexto visualiza-se que o Brasil não pode prescindir de uma força adequada e com capacidade de projeção para dissuadir e se necessário, atuar, prioritariamente, no Atlântico Sul e adjacências e/ou até mesmo em qualquer parte do mundo.

Possíveis conflitos na América Latina

Considerando-se conflitos interestatais, Isabel Ferrer em seu artigo, publicado em 25 de janeiro de 2014, no jornal *El País* alerta para contendas no Tribunal de Haia que possuem grande possibilidade de se tornarem crises ou conflitos armados no futuro, na América Latina (Fig. 01)



(Fig. 01) Fonte: El País Internacional

Peru contra Chile. Os dois países andinos se enfrentam em Haia por causa de sua fronteira no Oceano Pacífico. A decisão a favor do Peru chama a atenção para como de fato será posta em prática e se representará um grande desafio para ambos os países e para a América do Sul. A disputa desperta paixões. Para os peruanos, trata-se de obter o

traçado definitivo de toda a sua fronteira. Os chilenos consideram que não há questões pendentes e esperavam manter sua soberania. Sem esquecer o valor comercial dos 38.000 quilômetros quadrados de zona pesqueira (de anchovas), área que passa a ser do Peru com a decisão posta em prática. Contudo, essa questão foi dirimida pela Corte e o resultado acatado pelas partes

Bolívia contra Chile. Como a Bolívia perdeu sua saída para o mar na Guerra do Pacífico (1879-1883), travada contra o Chile, e na qual era aliada do Peru, é previsível que tente recuperar, no tribunal da ONU, 400 quilômetros de costa e 120.000 quilômetros quadrados de território. Em abril de 2013, o presidente boliviano, Evo Morales, ordenou apresentar uma demanda contra Santiago "para que negocie de boa fé um acordo rápido e efetivo para outorgar um acesso soberano boliviano ao Oceano Pacífico". Com o caso (preparado em Madri com assessores estrangeiros) em marcha, La Paz enviará observadores a Haia.

Costa Rica contra Nicarágua e vice-versa. Apesar do Tribunal de Haia ter deixado em 2009 a navegação pelo rio San Juan nas mãos da Costa Rica, enquanto a Nicarágua administra o tráfego fluvial, a disputa fronteiriça continua aberta. Numa primeira demanda de 2010, ainda sem decisão definitiva, San José alegou que Manágua estava construindo um canal de três quilômetros para dar ao rio — fronteira natural — uma saída ao mar. A Costa Rica também pediu a retirada de tropas nicaraguenses da área que ela considera que lhe pertence. Em 2011, os juízes ditaram medidas cautelares exigindo que as duas partes desalojassem o lugar. Em 2013, a Costa Rica voltou à carga afirmando que o país vizinho continuava abrindo vias fluviais, com a consequente deterioração ambiental. Manágua negou. Os dois lados reivindicam também a posse de uma área de três quilômetros quadrados situada a leste da fronteira comum. San José a chama de Isla Portillos. Para Manágua, é Harbour Head. Em novembro de 2012, os juízes ditaram pela segunda vez medidas cautelares e ordenaram que a Nicarágua retirasse todo seu pessoal da área. Também exigiram que parasse de dragar dois canais e fechasse outro. Inconformada com essa derrota, Manágua denunciou San José pela construção de uma rodovia paralela ao rio San Juan, afirmando que era uma violação de

sua soberania. Nicarágua também alegou que esta obra causaria danos ao meio ambiente, sendo o pedido rejeitado pelo tribunal por não ver "risco iminente ou irrecuperável" para o entorno.

Nicarágua contra Colômbia (com duas causas). Em novembro de 2012, o Tribunal de Haia tomou uma decisão sobre a ação apresentada por Manágua contra Bogotá em 2001, causando grande polêmica. Embora não façam fronteira terrestre, os dois países disputavam ilhas e ilhotas ricas em pesca. Ao ver que a nova fronteira marítima ampliava os direitos da Nicarágua no leste do mar do Caribe, a Colômbia ficou furiosa. O Governo do presidente Juan Manuel Santos anunciou sua retirada do Pacto de Bogotá (que aceita a jurisdição do TIJ) e declarou que era "impossível adotar a decisão" dos juízes.

Um ano depois, Manágua, uma das capitais mais produtivas nessa área, apresentou outra ação contra Bogotá. Ela quer saber qual é sua plataforma continental além das 200 milhas náuticas, "para estabelecer os espaços marítimos próprios que estão no limite com a Colômbia". Passados apenas dois meses, a Nicarágua voltou à questão, dessa vez, acusando Bogotá de violar "os direitos marítimos reconhecidos na resolução de 2012", e ameaçando "usar a força para impor fronteiras marítimas autoproclamadas".

Dos conflitos não-Estatais (tabela 1.5) na América Latina, não há nenhum conflito que possa afetar diretamente o Brasil e o Atlântico Sul, no entanto há possibilidade de agravamento da problemática referente à Guerra às Drogas que pode levar desdobramentos, inicialmente, para a região amazônica, região de possível emprego para a MB e, conseqüentemente, para o CFN.

Dos cenários apresentados acima, nenhum parece afetar diretamente o Brasil, no entanto, não se pode precisar se seus desdobramentos trarão um impacto significativo em nossa economia, fato que é determinante para refletir sobre o que está em jogo. Como o Brasil, aspira e, de fato vem se inserindo, com uma maior projeção no cenário internacional se faz necessário possuir Forças Armadas condizentes com esta aspiração. A Marinha e o CFN, por suas características, atendem perfeitamente o cumprimento da

tarefa de projetar poder sobre terra, no entanto se faz necessário refletir sobre o como devem ser estruturados para bem cumpri-la.

Para isso é importante verificar se o que se planeja é condizente com o que se espera encontrar como desafio, para as Forças Armadas, e particularmente para a MB e o CFN no século XXI.

A Guerra no século XX era resultado de uma outra lógica? A validade da perspectiva apresentada por Clausewitz sobre a Guerra perdeu a validade para enfrentar a realidade do conflito armado neste século XXI?

Segundo Antulio J. Echevarria II, em seu livro “*Clausewitz and Contemporary War*” a declaração de Clausewitz de que a guerra é a continuação da atividade política por outros meios satisfaz a exigência de estabelecer hierarquia entre conceitos importantes: ela situa guerra com firmeza e precisão no campo da política (*Politik*), ou o que hoje pode ser chamado de relações internacionais. Para ele a obra “Da Guerra” trouxe duas ideias importantes. A primeira: a guerra pode ter dois propósitos fundamentalmente diferentes - a conquista ou objetivos mais limitados - e ambos os tipos são válidos; a segunda é que a guerra era a mera continuação de assuntos políticos por outros meios.

Para Echevarria, toda a estrutura de “Da Guerra” é baseada na relação entre o propósito e os meios e caracteriza bem e enfatiza a primazia da política na condução da guerra. A observação de Clausewitz de que a guerra era a “mera continuação da atividade política (*Politik*) por outros meios”, coloca a guerra dentro do maior conceito de política, ou das relações inter e/ou intra-estatais, o que significa dizer que a guerra tinha “sua própria gramática, mas não a sua própria lógica”, que era “apenas uma parte da atividade política” e “em nenhum sentido uma coisa independente em si”. O primado da política tornou-se o núcleo do pensamento de Clausewitz, “Política”, como advertiu, é “a inteligência e a guerra apenas o instrumento, e não o inverso”. O “fim da guerra” era empregar a força com habilidade, a fim de exercer o efeito desejado sobre a vontade do adversário ao longo de um espectro contínuo de diplomacia.

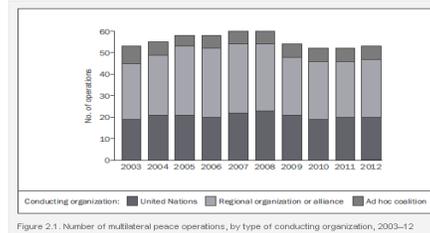
Segundo Echevarria, Clausewitz definiu a política como o “administrador” ou “representante de interesses distintos de toda a comunidade”. A formulação da política era uma arte e não uma ciência, um produto da decisão humana e outras qualidades da “mente e caráter”. Clausewitz também acreditava que os Estados, bem como instituições ou atores não-estatais chegam a decisões políticas de forma semelhante, mesmo aqueles que se diferenciam significativamente em termos de sofisticação. O seu exemplo das tribos do Tártaro ilustra o caso para atores não-estatais e refuta claramente a noção equivocada de que pensava apenas em termos de modelo de Estado-nação; porém, com certeza, que o modelo era importante para ele como era para seus contemporâneos. O princípio da destruição que sustentou a teoria de Clausewitz não equivale a uma doutrina de batalhas decisivas, embora muitos entendam dessa maneira. Mesmo no “Da Guerra” não revisado, que é caracterizado por ambigüidades e contradições, fica claro que ele não viu a aniquilação, mas o combate e ameaça de combate como ferramentas. Na verdade, a ameaça de combate também fornece a base para os tipos de missões que as forças militares já estão realizando no novo ambiente estratégico pós-Guerra Fria, e provavelmente irão continuar a empregá-las por algum tempo, são elas:

- Demonstração de Força - atividades para tranquilizar os aliados, impedir ameaças e ganhar influência;
- Controle de Armas - localização, apreensão e destruição de armas, o apoio a regimes de controle de armas;
- Operações de Paz - apoiam os esforços diplomáticos para estabelecer acordos de paz e tratados;
- Evacuações de não-combatentes - realocando não-combatentes civis ameaçados;
- Assistência Humanitária - assistência realizada em conjunto com treinamento militar;
- Assistência a Segurança - fornecendo artigos de defesa, treinamento militar e serviços relacionados;

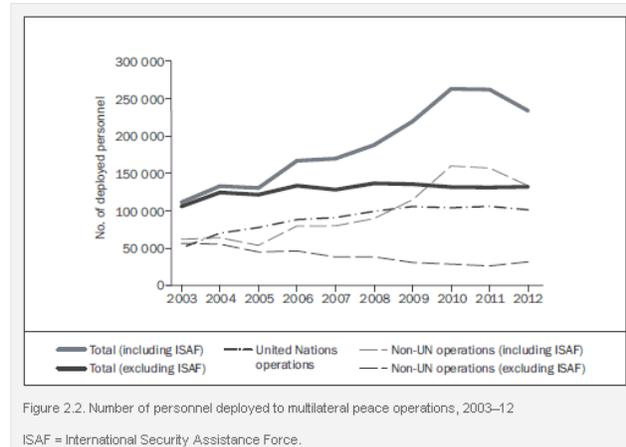
- Suporte a Operações Antidrogas - interdição do tráfico ilícito de drogas;
- Combate ao Terrorismo - medidas ofensivas e defensivas de contraterrorismo;
- Defesa Interna - ajudar os governos no combate à ilegalidade e insurgência;
- Suporte para insurgências – apoio logístico e apoio à formação de insurgências opostos regimes hostis;
- Operações de apoio interno - apoio aos governos estaduais e locais em caso de emergência; e
- Assistência Humanitária Externa- apoio a outros governos em situações de emergência.

Echevarria ressalta ainda que se as tendências atuais nas operações de paz dão alguma indicação de que tais missões vão continuar a aumentar. Por exemplo, em 1990, com o fim da Guerra Fria, as Nações Unidas tinham cinco operações de paz em curso, excluindo aquelas na península coreana, envolvendo 10.000 soldados, ao passo que, em 2006, tinha 18 dessas operações realizadas com cerca de 73.000 soldados, e os custos de manutenção destas operações havia subido de US \$ 800 milhões em 1990 para US \$ 41 bilhões em 2006. Obviamente que análise baseada em tendências é sempre arriscada, mas as tendências gerais são muitas vezes o único indicador que todos os estrategistas têm para ir em frente.

A fim de tentar confirmar as tendências em Operações de Paz, Jane Dundon (SIPRI, 2013) verifica que um total de 53 operações de paz foram conduzidas em 2012, uma a mais que em 2011, mas ainda assim o terceiro número mais baixo no período de 2003-12 (**Fig. 02**). O número de pessoal destacado em operações de paz em 2012 foi o terceiro mais alto no período, 233.642, no entanto, uma queda acentuada, de 28 487, a partir do número de 262.129 no ano anterior (**Fig. 03**). Esta queda foi devido a reduções na Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF) no Afeganistão, de longe, a maior missão única em 2012; excluindo ISAF, o envio de tropas aumentou 847 pessoas. Este é o primeiro aumento em números totais com pessoal, excluindo ISAF desde 2008.



(Fig. 02) Fonte: SIPRI 2013



(Fig. 03) Fonte: SIPRI 2013

Durante o ano, várias operações reduziram seu pessoal, incluindo a Operação Militar da UE na Bósnia e Herzegovina (EUFOR Althea), a União Africana (UA)/ Operação Híbrida da ONU em Darfur (UNAMID), a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), enquanto a Força Internacional de Estabilização (ISF) em Timor-Leste iniciou seu levantamento, em novembro, em preparação para uma retirada completa planejada em abril de 2012.

O lançamento da intervenção militar de 2011 na Líbia, com o apoio do Conselho de Segurança, aumentou as esperanças de que a responsabilidade por proteger (R2P) está se tornando um verdadeiro compromisso de intervir militarmente, se necessário, para proteger os civis de um estado de violência baseado no Estado.

No entanto, a rápida desintegração das missões e a falta de um acordo sobre uma resposta internacional à crescente violência destacam os limites do conceito e do compromisso internacional de R2P.

Na África, em 2012, como nos anos anteriores, estava a maior concentração de operações de paz. Duas das três novas operações durante o ano - a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Missão na Guiné-Bissau (ECOMIB) e a Missão da União Europeia (UE) para Capacitar a Construção no Níger (EUCAP Sahel Níger) - foram localizadas na África. Foram 17 operações implantadas na região, 9 delas sob o comando da ONU - uma proporção menor das Nações Unidas do que nos últimos anos (**Fig. 02**). No entanto, as operações da ONU são responsáveis por cerca de 75.000 dos 94.000 pessoas empregadas na África. Cerca de 90.000 do efetivo empregado na região eram tropas militares. Embora a Operação Híbrida da União Africana (UA) /ONU em Darfur (UNAMID) tenha diminuído seu tamanho, a quantidade de pessoas empregadas na região aumentou devido à expansão da Missão da UA na Somália (AMISOM) e outras implementações na Força Interina das Nações Unidas de Segurança para Abyei (UNISFA) e da Missão da ONU no Sudão do Sul (UNMISS), ambas implementadas em 2011 e que continuaram a se expandir em 2012.

Nas Américas o cenário é bastante distinto, há duas operações foram ativas em 2012: a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA), liderada pela Organização dos Estados Americanos e a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Depois de uma onda após o devastador terremoto de janeiro de 2010 no Haiti, a MINUSTAH, de longe, a maior das duas operações, quase voltou a seus níveis de pessoal anteriores. Dada a situação de segurança relativamente calma, durante a discussão anual sobre a prorrogação do mandato da MINUSTAH, o Conselho de Segurança da ONU reduziu o número total de militares autorizados e pessoal da polícia para 6.270.

Segundo o presidente haitiano, Michel Martelly, que foi eleito em 2011, o debate sobre a retirada da MINUSTAH continuou. A oposição enfocou o orgulho nacional e os abusos cometidos por elementos das forças de paz, bem como expressou a raiva sobre uma epidemia de cólera que teria sido originada com o pessoal da MINUSTAH. No entanto, mesmo os críticos mais ferozes concordam que a força policial do Haiti não poderia garantir a segurança e, portanto, há a possibilidade de haver uma retirada gradual da MINUSTAH. Em 2012, foi proposto que o componente militar da

MINUSTAH gradualmente entregasse a responsabilidade pela segurança para as unidades policiais formadas. A missão em estreita consulta ao Governo haitiano finalizou um novo “quadro estratégico integrado” para o período de 2013-16, que identificou as prioridades da ONU. O trabalho começou a desenvolver um “plano de consolidação da reconfiguração e condições” para a MINUSTAH, segundo o qual as suas tarefas seriam reduzidas a um conjunto de tarefas realizáveis dentro de um “prazo razoável” (provisoriamente quatro a cinco anos). Benchmarks e indicadores foram também desenvolvidos em colaboração com o governo e outras partes interessadas para medir os progressos realizados no processo de transição. (SIPRI, 2013)

Para Echevarria, os estrategistas contemporâneos e teóricos que afirmam que a definição da estratégia de Clausewitz é obsoleta devem ter esquecido as muitas maneiras em que a força e ameaça de força já estão sendo usadas nesta era pós-moderna. Tais usos não necessariamente garantem todo propósito político, mas são pré-requisitos. A Força não pode garantir que não haja problemas de ordem econômica, demográfica, de saúde e outros, particularmente os agravados pela globalização, mas pode fornecer mecanismos de segurança para proteger o pessoal-chave, instalações e outros recursos essenciais. Para ter certeza, Clausewitz não poderia manter sempre suas próprias opiniões subjetivas sem interferir na sua busca de conhecimentos objetivos, no entanto, indicar uma preferência por um método não é o mesmo que reivindicar que todos os outros métodos são inválidos.

Para Martin Van Creveld, um dos maiores críticos acerca da validade dos pensamentos de Clausewitz, em seu livro *“The Transformation of War”* aborda as seguintes questões para confirmar sua teoria: sobre o que será a Guerra, como e por quem será travada.

Segundo Creveld, se as tendências atuais continuarem, então o tipo de guerra baseada na divisão entre o governo, exército, e as pessoas parece ter o seu caminho encerrado. A ascensão do conflito de baixa intensidade pode, a menos que possa ser rapidamente contido, acabar destruindo o Estado. A longo prazo, o lugar do Estado será tomado por organizações com tipos diferentes de maneira de guerrear. Com o Tratado de Westfália ficou estabelecido que uma entidade possuiria o monopólio legal do uso

organizado da violência – o Estado. O processo pelo qual os Estados foram criados era parte motivo, parte sintoma, da tripla distinção entre o governo, exército e povo, conhecida por estudiosos como trindade paradoxal⁶. Vale ressaltar que, ao longo do tempo, houve inúmeros casos de exércitos que violaram os direitos civis e dos civis que tomam as armas contra os exércitos.

Para Crevelde, a gama ilimitada de equipamentos modernos, suas capacidades de atingir qualquer ponto do território inimigo, o poder absoluto das ogivas nucleares que eles podem carregar e a ausência de uma defesa eficaz contra eles tornam as fronteiras nacionais sem sentido. Sob tais circunstâncias, a distinção entre as forças armadas e civis vai deixar de existir, da mesma forma como o fez, por exemplo, durante muitas das guerras entre 1338 e 1648. Se os Estados são cada vez menos capazes de lutar uns contra os outros, então o conceito de miscigenação já aponta para o surgimento de conflito de baixa intensidade como uma alternativa. A essência de tal conflito consiste em que ele contorna e compromete a estrutura trinitária do Estado moderno e por isso os Estados, de muitas maneiras, estão mal estruturados e não adaptados para lidar com esse tipo de guerra. Ressalta que o processo pelo qual o Estado vai perder seu monopólio sobre a violência armada em favor de um tipo diferente de organização será gradual, desigual, e espasmódico. As coisas vão acontecer em um ritmo diferente em diferentes partes do mundo e, provavelmente, os primeiros a serem afetados serão os Estados da Ásia, África, Caribe e América Latina, e de fato alguns diriam que em muitos deles o processo já está em curso. Qual será a instituição que pode um dia tomar o lugar do Estado como a entidade responsável por ir a guerra? Reforça que, no futuro, a guerra não será travada por exércitos, mas por grupos que nós hoje chamamos de terroristas, guerrilheiros, bandidos e ladrões, suas organizações serão suscetíveis de ser construídas em linhas carismáticas e não somente por fanáticos leais por ideologia. Estas instituições, que poderão possuir qualquer tamanho, terão de estar “no controle” de uma base territorial de algum tipo, no entanto, é muito improvável que esta base seja muito grande, contínua, impenetrável e provavelmente suas fronteiras – não como conhecemos hoje - não serão

⁶ A origem deste termo foi atribuída a Clausewitz, embora em nenhuma parte de sua obra o tenha utilizado desta forma. (Nota do autor)

um obstáculo. O Estado, como o conhecemos hoje, não será eficaz face a estas novas instituições que surgem e caso não se modifique ou se adapte, não poderá se defender eficazmente de conflitos de baixa intensidade que se apresentarão no futuro.

Para Creveld, para entender o futuro é necessário estudar o passado e com isso, entender que as pessoas estão sempre dispostas a violar a lei, ou então dobrá-la para atender às suas finalidades. No entanto, o próprio fato de que a lei pode ser dobrada, implica na existência da lei. O que ele defende é que se o monopólio do uso da violência foi criado por uma lei, está sujeito a alterações e evoluções, tal qual acontece com todas as leis, e por causa dos conflitos de baixa intensidade ou os Estados se adaptam ou desaparecem, como os conhecemos hoje. Há uma mudança significativa no modo como estas “novas instituições” coagem seus membros e atende a uma lógica completamente diferente da lógica existente do Estado Moderno, os moldes que conhecemos. Há outra mudança também que diz respeito à distinção entre soldados e civis que para o Estado moderno é bastante clara, mas com a propagação dos conflitos de baixa intensidade a linha existente entre aqueles que lutam e aqueles que “assistem” deixará de existir e a convenção de guerra deverá mudar ou cairá em desuso. Os Conflitos de baixa intensidade no futuro também poderão ser marcados pelo aumento da utilização de armas hoje proibidas, por serem baratas, fáceis de fabricar, e adequadas para uso em espaços fechados e áreas urbanas. Os sistemas de armas também sofrerão mudanças significativas e todo o aparato existente e altamente desenvolvido tecnologicamente para outros cenários ficará completamente obsoleto. Isto trará desdobramentos importantes para o que hoje é conhecido como frentes de batalha, áreas de retaguarda, “profundidade estratégica”, bases, linhas de comunicação e tantos outros conceitos. Creveld inclusive faz uma analogia, o conflito convencional está para o conflito de baixa intensidade como a visão newtoniana de mundo está para a einsteiniana, e enfoca que se o conflito de baixa intensidade é de fato a onda do futuro, então a estratégia no sentido clássico desaparecerá. Em sua opinião o conflito armado será travado por homens na terra, e não por robôs no espaço, e terá mais em comum com as lutas de tribos primitivas do que com grandes guerras convencionais do tipo que o mundo assistiu em 1973 (a Guerra árabe-israelense), em 1982 (Falklands), em 1980-1988 (a Guerra Irã-Iraque) e em 1991

(A Guerra do Golfo). Os beligerantes estarão misturados uns com os outros e com a população civil, tornando a estratégia de Clausewitz não mais aplicável.

Ambas as abordagens, a de Echevarria e a de Crevelde, contêm afirmações importantes para se definir para que tipo de conflito devem as Forças Armadas se preparar e em que estratégias devem se basear para se reinventar. Embora não se possa apontar, com certeza, que direção deve ser adotada, o prudente é se preparar para os variados conflitos. Forças Armadas modernas devem ter capacidade de se adaptar rapidamente a conjunturas nas quais serão empregadas. O CFN deve, portanto, possuir uma estrutura flexível e o fuzileiro naval uma capacidade de adaptação tal que nenhuma atividade deve ser considerada subsidiária ou menos importante. Embora a afirmação de tornar tudo importante pareça não dar importância devida ao que se deve, a perspectiva de emprego difusa que se apresenta aponta para focar na capacidade individual do fuzileiro naval e realizar treinamentos em ambientes diversificados, com intensidades rapidamente oscilantes com respostas rápidas e centradas no poder de decisão dos pequenos escalões.

No livro *“The role of Naval Forces in 21st Century Operations”*, editado por Richard H. Shultz Jr. e Robert L. Pfaltzgraff Jr. são apresentados artigos que formam o pensamento estratégico estadunidense e um dos pontos cruciais abordado é o do formato que deve possuir sua Força Naval.

O que vai acontecer no futuro? O caráter da guerra está mudando. Tentemos visualizar, um navio em chamas. Ele poderia estar em chamas porque atingiu uma mina, porque foi sabotado, porque foi atingido por um míssil antinavio, ou porque foi alvo de pirataria. Mas, tudo isso pode de fato acontecer. Em situações de evacuação de não-combatentes, por exemplo, máscaras contra-gases revelam que a ameaça é diferente de apenas projeteis. A guerra de informação pode ser muito, muito perigosa. Outra área de preocupação é o meio ambiente. O ambiente irá desempenhar um papel importante no futuro. Ele será usado como arma contra as Forças. E ainda não se está nem pensando nessa possibilidade. Uma das principais questões que precisamos entender é – como os militares estão se comportando diante de todos esses planos de contingência? É um

grande erro pensar que os militares podem simplesmente colocar uma linha na areia e definir as suas responsabilidades em uma área e não em outra. (Pfaltzgraff Jr.,2000)

A ascensão de atores não estatais não é o principal fator a trazer preocupações, mas o caos. Este cenário contrasta com os tempos de crise onde havia atores estatais e se poderia pegar o telefone e falar com alguém. No mundo que está se configurando não há ninguém que vai atender ao telefone. Esta será a guerra assimétrica, impulsionada pelo efeito CNN. Os dias em que se podia colocar 40 mil toneladas de munição no cais no porto de Al Jubayl se foram; agora, esta munição seria explodida. O que de fato não irá mudar será a geografia, o que significa que o papel das forças navais no futuro vai ser crítico. (Pfaltzgraff Jr. 2000)

Esta é a nova força do século XXI - o guerreiro urbano. Não é o lugar onde você quer lutar que importa, mas é onde você tem que lutar que é preciso ser entendido.

Antes de começar a desenvolver sistemas e as necessidades, é preciso entender mais sobre as lutas que podemos enfrentar. Antes de construir o Fuzileiro do Futuro, homem ou mulher, é necessário saber o que estamos construindo para ele. E o que teremos que estar preocupados é o conhecido por guerra de três quarteirões⁷. A guerra de três quarteirões é muito simples, ao mesmo tempo um jovem fuzileiro naval, pode estar envolvendo uma criança em panos, alimentando-a e confortando-a, a chamada de assistência humanitária. Um pouco mais tarde, o mesmo Fuzileiro pode ter seus braços afastados, estar armado e isto é chamado de manutenção da paz. Então, no momento seguinte, o mesmo Fuzileiro pode estar em um inferno de uma luta contra um guerreiro muito tenaz e feroz que está armado até os dentes com armas extremamente letais, e que é chamado de combate. A questão é que tudo isso acontece no mesmo dia, em três quarteirões diferentes de uma mesma cidade.

Como você prepara este Fuzileiro? É necessário preparar um Fuzileiro para combater este tipo de guerra, a guerra de três quarteirões. Isto leva a outros questionamentos como o que está sendo feito para treinar táticas, técnicas, procedimentos e doutrina para enfrentar os desafios futuros?

⁷ Do termo “*three block war*” (Tradução nossa)

Três tipos de atores podem empregar a forma assimétrica para guerrear: Estados, atores subestatais e não-estatais e esta estrutura substitui o antigo paradigma de conflito de Estado para Estado por um novo. Mas o que são estes atores subestatais e não estatais? O que se sabe sobre eles? Por que eles vão lutar?

Além disso, há Estados que podem adotar a forma assimétrica de guerrear e a confluência das três características a seguir irá definir os possíveis adversários. Em primeiro lugar, os adversários cujos objetivos são contraditórios aos de nosso Estado, em segundo lugar os que têm como objetivos que podem colidir com interesses importantes do nosso Estado, e em terceiro lugar, os Estados que possuem capacidades militares suficiente para ameaçar os seus vizinhos.

O senador John F. Kerry discute a crescente ameaça de um tipo de ator não-estatal da segurança internacional - os sindicatos do crime organizado. Ele acredita que eles são uma parte importante de um novo paradigma de conflito e guerra, que é mais ampla e mais complicada do que o que caracteriza a maior parte do existente até agora. Kerry descreve como as organizações criminosas podem comprometer as estruturas do Estado, causando instabilidade e ingovernabilidade. Ele está particularmente preocupado com os que se desenvolveram na Rússia pós-comunista. (Pfaltzgraff Jr. 2000)

O Professor Alberto Coll, argumenta que a mudança da natureza do espectro do conflito, conforme descrito aqui sugere que duas dimensões de operações de não-guerra – engajamento em tempos de paz⁸ e de gestão de caos - serão componentes essenciais da política e estratégia nos próximos anos.

Qual então será o espectro de conflito a ser considerado: desafio simétrico ou assimétrico? Para se examinar o espectro de conflito a ser considerado é necessário não só considerar os tipos de contingências para as quais é factível ser usado o poder militar, mas também considerar que armas e sistemas estão sendo adquiridos por supostos adversários e como eles vão afetar a capacidade das forças navais para operar as contingências.

⁸ Do termo "peacetime engagement" (Tradução nossa)

A guerra assimétrica termo que entrou recentemente no léxico estratégico realmente descreve um conceito antigo e básico para a estratégia militar de que um inimigo deve ser atacado em seu ponto de vulnerabilidade, não onde ele é mais forte. Guerra assimétrica é a utilização de estratégias e táticas, apoiada por recursos adequados, concebidas para derrotar um inimigo, atacando, ou ameaçando com credibilidade para atacar e explorar a sua fraqueza e vulnerabilidade. Normalmente os atores são vulneráveis onde eles são fracos, no entanto, eles também podem ser vulneráveis em pontos que são indispensáveis para a maximização dos seus pontos fortes. O que é percebido pelo poder ser superior a uma força pode de fato tornar-se um ponto fraco. Assim, por exemplo, as sociedades pós-industriais dependem de tecnologias avançadas, tais como comunicações e outros ativos de informação como fonte de força. Para o inimigo mais fraco, estas supostas forças podem ser consideradas áreas de vulnerabilidade e oportunidades para atacar e desativar.

A chave para o planejamento de defesa é identificar quais interesses (e, por extensão, as quais lugares) tem que ser defendidos e de que ameaças. Em geral, os estrategistas e planejadores de defesa se concentram nas ameaças que têm um ou mais dos seguintes atributos/ condições:

- O adversário potencial está buscando políticas que entram em conflito com nossas preferências e objetivos;
- O adversário potencial possui os meios militares para avançar suas políticas; e
- As ações do potencial adversário podem ameaçar nossos interesses importantes.

As ameaças que ocupam a intersecção dessas três condições constituem os problemas mais importantes para a estratégia de defesa e planejamento de força.

A história mostra que uma falha em antecipar ou em reagir prontamente a ameaças de agressão pode convidar ao ataque. Desta forma deve ser desenvolvida a mentalidade de envidar esforços para que a Força Naval possa ter capacidade de perceber uma ameaça e rechaçá-la rapidamente⁹.

Em 2010, o então Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, Almirante de Esquadra (FN) Álvaro Augusto Dias Monteiro, em seu artigo “Considerações

⁹ Do termo “Short warning, high speed”

Doutrinárias – A Próxima Singradura”, buscou retratar como visualizava o Fuzileiro Naval no século XXI.

Abordou os Fuzileiros Navais e seus valores essenciais e ressaltou que apesar das competências a seguir se apresentarem como de caráter permanente necessitam ser constantemente reavaliadas e, caso necessário, atualizadas a fim de atenderem aos interesses estratégicos nacionais. São elas: profissionalismo, combinação de meios de combate, de apoio ao combate e de apoio de serviços ao combate, caráter naval e anfíbio, capacidade expedicionária e prontidão operativa.

Ressalta que no decorrer de sua história, os Fuzileiros Navais consolidaram sua vocação anfíbia e de defesa de instalações que, hoje, condiciona seu perfil operacional e enfoca ainda que para assegurar a defesa de nossos interesses e de nossa fronteira marítima, a Marinha do Brasil precisa dispor de uma Força Naval capaz de operar tanto nas águas azuis como nas marrons, projetando-se sobre litoral, considerando os guerreiros anfíbios como instrumento imprescindível para a defesa da Amazônia Azul. Por isso destaca que o CFN, nas próximas décadas, deverá intensificar seu contato com o mar, vetor que nesta próxima singradura, considera que deverá orientar, adequar e condicionar seu emprego às demandas apontadas, particularmente pela END.

Pontua que, a defesa da “Amazônia Azul”, embora uma operação defensiva, não deve restringir-se às operações no interior da área a ser defendida, mas que as forças adversas devem ser detidas, ou preferencialmente, dissuadidas, muito além dos limites dos Espaços Marítimos Brasileiros. (Fig. 04)

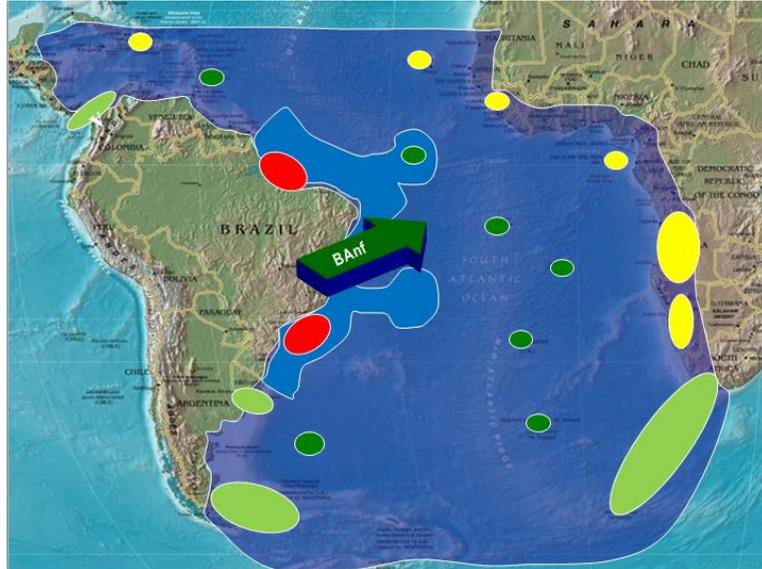


Fig. 04 Fonte: Palestra Tarefas Especiais realizada pelo Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais¹⁰

Aborda que as potencialidades do componente anfíbio do Poder Naval irão contribuir com as quatro Tarefas Básicas do Poder Naval, já previstas na Doutrina Básica da Marinha:

- Na **negação do uso do mar**, principalmente na conquista de aéreas focais que impeçam o uso pelo inimigo e/ou na conquista e controle de pontos focais que dominem Linhas de Comunicação Marítimas de interesse.
- No **controle de área marítima**, particularmente na conquista de aéreas focais que garantam segurança às Linhas de Comunicações Marítimas.
- Na **projeção de poder sobre terra**, na conquista de área estratégica para a condução da guerra naval ou aérea, ou para propiciar o início de uma campanha terrestre, dentre outras. Ressalta que uma contribuição bastante contemporânea é a realização de operações anfíbias de limitada envergadura com a projeção de conjugado anfíbio sobre litoral permissivo, com a finalidade de contribuir para a prevenção de conflitos ou para mitigar crises. Nesses casos, poderia haver o emprego de um escalão avançado da Força de Emprego Rápido (FER), com o valor de um Elemento Anfíbio, mas com a estrutura de comando e controle de uma Unidade Anfíbia, possuindo capacidade de pronta

¹⁰ Palestra sobre Tarefas Especiais realizada pelo Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais encaminhada por email em 25/10/2013.

resposta em apoio a operações, tais como: Operações Humanitárias; de Segurança; de Apoio a Desastres Ambientais; Civis-Militares; de Evacuação de Não Combatentes; de Paz etc.

Aborda um aspecto importante e que tem crescido de importância que é o de que o CFN deverá se encontrar em sintonia com os anseios da sociedade atendendo a demandas como a proteção do meio ambiente, saúde pública nacional ou internacional, além das tarefas subsidiárias da Marinha como atuar na garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, além de atuar em ações sob a égide de organismos internacionais e em apoio à política externa do País e cumprir as atribuições subsidiárias previstas em lei, com ênfase naquelas relacionadas à autoridade marítima e participar de operações internacionais de paz ou humanitárias, preferencialmente, as de caráter naval, fora do território e das Águas Jurisdicionais Brasileiras, em qualquer região que configure um cenário estratégico de interesse naval, atuando isoladamente, em conjunto com outras forças ou em coalizão multinacional utilizado como resposta imediata para respaldar a política externa brasileira.

Em termos de conflitos armados, parece haver uma clara tendência de deslocamento do conflito para a região Africana e para o Sul e Sudeste da Ásia, regiões onde são encontrados ou por onde passam grande parcela de petróleo e gás que supre os principais consumidores destes recursos. À medida que isto for ocorrendo trará novos desafios, primeiramente, para as empresas que deverão alterar suas rotas ou correr o risco de ter seu produto confiscado, como já ocorre na região do chifre da África aumentando o desafio para as Marinhas que tem como tarefa a proteção dos interesses vitais para seus Estados origem.

De acordo com o cenário apresentado por Gabrielli, haverá um deslocamento da atenção para o Atlântico Sul, primeiramente em busca da aquisição de petróleo e gás e, porque não dizer, em questionamento a quem pertence este recurso do pré-sal, aumentando assim a necessidade de uma Marinha do Brasil mais forte e presente nesta região e em outras regiões do mundo, protegendo seus cidadãos e os interesses do Brasil.

Por isso, visualiza-se que o Brasil não pode prescindir de uma força adequada e com capacidade de projeção para dissuadir e se necessário, atuar, prioritariamente, no Atlântico Sul e adjacências e/ou até mesmo em qualquer parte do mundo.

Dos cenários apresentados, apesar de aparentemente não afetarem diretamente o Brasil, não se pode precisar se seus desdobramentos não trarão um impacto significativo em nossa economia, fato que é determinante para refletir sobre o que está em jogo. Como o Brasil, aspira e, de fato vem se inserindo, com uma maior projeção no cenário internacional, se faz necessário possuir Forças Armadas condizentes com esta aspiração. A Marinha e o CFN, por suas características, atendem perfeitamente o cumprimento da tarefa de projetar poder sobre terra, no entanto se faz necessário refletir sobre o como devem ser estruturados para bem cumpri-la.

Para isso é importante verificar se o que se planeja é condizente com o que se espera encontrar como desafio, para as Forças Armadas, e particularmente para a MB e o CFN no século XXI.

A Guerra no século XX era resultado de uma outra lógica? A validade da perspectiva apresentada por Clausewitz sobre a Guerra se perdeu para enfrentar a realidade do conflito armado neste século XXI?

As abordagens de Echevarria e de Crevelde, contem afirmações importantes para se definir o tipo de conflito para o qual devem as Forças Armadas se preparar e em que estratégias devem se basear para se reinventarem; no entanto, o prudente é se preparar para os variados conflitos e possuir flexibilidade. Forças Armadas modernas devem ter capacidade de se adaptar rapidamente a conjunturas nas quais serão empregadas. O CFN deve, portanto, possuir uma estrutura flexível e o fuzileiro naval capacidade de adaptação de modo tal que nenhuma atividade deve ser considerada subsidiária ou menos importante.

Para que o Brasil concretize suas aspirações, dentre elas a de conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, necessita de Forças Armadas bem aparelhadas para enfrentar os desafios que são e serão apresentados neste século.

As Forças Navais, porque possuem como características a mobilidade, permanência, flexibilidade e versatilidade, se apresentam como ferramenta adequada para o cumprimento da tarefa de projeção de poder. Faz-se necessário a definição de cenários prospectivos para adequar a estratégia da dissuasão, uma vez que, para dissuadir, é preciso verificar qual é a ameaça existente ou potencial. Embora este autor considere que a lógica da dissuasão só faça sentido em conflitos interestatais, vale a lógica de que quem pode mais pode menos. O CFN já possui as características necessárias para ser empregado como ferramenta de projeção de poder; no entanto, é necessário um programa de aquisição de variados navios, particularmente os de propósitos múltiplos, para permitirem que o caráter expedicionário possa de fato ser atendido e assim garantir que a estratégia de dissuasão seja mais efetiva.

A nova ordem mundial, como argumentado por Henry Kissinger, está surgindo suscitando três questões: quais são as unidades básicas da ordem internacional? Quais são os seus meios de interação? E quais são os objetivos em nome dos quais interage?

Sempre que as entidades que constituem o sistema internacional mudam o seu caráter, segue-se, inevitavelmente, um período de perturbação. (KISSINGER, 2007)

O Estado e os conflitos armados parecem estar mudando seu caráter, isto torna determinante uma nova adequação das Forças Armadas a esta realidade para se adaptarem e dissuadirem durante o período de perturbação, que ao que tudo indica já está ocorrendo.

Referências Bibliográficas:

Boniface, Pascal (2001). **Les Guerres de Demain**. France: Seuil

Buzan, Barry; Waeber, Ole; Wilde, Jaap de. **Security: A new framework for analysis**. Colorado: Lynne Rienner Publishers.

Defesa, Ministério da (2008). **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: MD.

Disponível em:

<http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_de_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 04/04/2013.

Defesa, Ministério da (2005). **Política Nacional de Defesa**. Brasília: MD.

Disponível em:

<<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/96585/politica-de-defesa-nacional-decreto-5484-05>>. Acesso em 10/02/2014.

Ferrer, Isabel. El País Internacional. **Os conflitos envolvendo países vizinhos da América Latina**. Disponível em :

<http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/24/internacional/1390589834_173330.html>

Acesso em: 07/02/2014

Echevarria II, Antulio J.. ((2007). **Clausewitz and Contemporary War**. New York: Oxford University Press.

Filho, Edison; Moraes, Rodrigo (Org.) (2012). **Defesa Nacional para o século XXI – Política Internacional, Estratégia e Tecnologia Militar**. Rio de Janeiro: IPEA.

Griiths, Martin (ed.)(2007). **International Relations Theory for the Twenty-First Century: An Introduction**. New York: Routledge.

Howard, Michael Eliot; Paret, Peter (1989). **Carl Von Clausewitz – On War**. Princeton: Princeton University Press.

Jatobá, Daniel (2013). **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva.

Jobim, Nelson A.; Etchegoyen, Sérgio W.; Alsina, João Paulo (Org.) (2010). **Segurança Internacional – Perspectivas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Kissinger, Henry (2007). **Diplomacia**. Lisboa: Gradiva.

Monteiro, Álvaro A. D. **Considerações Doutrinárias – A Próxima Singradura. O Anfíbio –**. Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, Edição extra, 2010.

Morgenthau, H. (2003). **A Política entre as Nações** – A luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Universidade de Brasília.

Nogueira, João; Messari, Nizar (2005). **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier.

Nye Jr., Joseph S. (2012). **O Futuro do Poder**. São Paulo: Benvirá.

Pfaltzgraff Jr., Robert L.; Shultz Jr., Richard (ed.) (2000). **The Role of Naval Forces in 21st Century Operations**. Virginia: Brassey's

Ramonet, Ignacio (2004). **Wars of the 21st Century**.- New Threats, New Fears. Melbourne: Ocean Press.

Ruggie, John (1998). **Constructing the World Polity** – Essays on international institutionalization. New York/London: Routledge.

SIPRI Yearbook 2013 (2013). **Armaments, Disarmament and International Security**. Oxford: Oxford University Press.

Van Creveld, Martin (1991). **The Transformation of War** – The most radical reinterpretation of armed conflict since Clausewitz. New York: The Free Press.

Wendt, Alexander (1999). **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press.

Anexo A

Tabela 1.3. State-based conflicts in 2011

Location ^a	Parties	Incompatibility	Start year ^b	Fatalities, 2011	Change from 2010 ^c
<i>Africa</i>					
Algeria (Algeria, Niger)	Government of Algeria, Niger vs al-Qaeda in the Islamic Maghreb (AQIM)	Government	1998/1999	269	+
CAR	Government of CAR vs Convention des patriotes pour la justice et la paix (CPJP, Convention of Patriots for Justice and Peace)	Government	2009/2009	44	++
Côte d'Ivoire	Government of Côte d'Ivoire vs Forces de Défense et de Sécurité Impartiales de Côte d'Ivoire (FDSI-CI, Impartial Defence and Security Forces of Côte d'Ivoire)	Government	2011/2011	35	..

Ethiopia (Ethiopia, Kenya)	Government of Ethiopia vs Ogaden National Liberation Front (ONLF) vs Oromo Liberation Front (OLF)	Territory (Ogaden)	1994/1994	25	--
		Territory (Oromiya)	1974/1977	25	0
Libya	Government of Libya vs National Transitional Council (NTC) vs Forces of Muammar Gaddafi	Government	2011/2011	1 600	..
		Government	2011/2011	328	..
Mauretania (Mali, Mauretania, Niger)	Government of Mauretania, Mali, Niger vs al-Qaeda in the Islamic Maghreb (AQIM)	Government	2008/2010	30	0
Nigeria	Government of Nigeria vs Jama'atu Ahli Sunna Lidda'awati wal- Jihad (Boko Haram)	Government	2009/2009	324	..
Rwanda (DRC)	Government of Rwanda, DRC vs Forces	Government	2001/2001	116	-

	démocratiques de libération du Rwanda (FDLR, Democratic Liberation Forces of Rwanda)				
Senegal	Government of Senegal vs Mouvement des forces démocratiques de Casamance the Democratic Forces of the Casamance)	Territory (Casamance)	1988/1990	25	..
Somalia (Kenya, Somalia)	Government of Somalia, Ethiopia, Kenya vs Al-Shabab	Government	2008/2008	1 917	0
South Sudan	Government of South Sudan vs South Sudan Defence Movement/Army (SSDM/A) vs South Sudan Liberation Movement/Army (SSLM/A)	Government	2011/2011	101	..
		Government	2011/2011	111	..

Sudan	Government of Sudan vs Justice and Equality Movement (JEM)	Government	2003/2003	98	-
		Government	2003/2003	130	-
		Government	2010/2010	492	-
	vs Sudan Liberation Movement/Army (SLM/A)	Government	2011/2011	312	+ +
		Government	2011/2011	217
	vs South Sudan Defence Movement/Army (SSDM/A)				
	vs South Sudan Liberation Movement/Army (SSLM/A)				
	vs Sudan People's Liberation Movement-North (SPLM/A-North)				
Sudan	Government of Sudan vs Government of South Sudan	Territory (Abyei)	2011/2011	149	..
Uganda (DRC)	Government of Uganda, DRC vs Alliance of Democratic Forces (ADF)	Government	1996/1996	73	0

(CAR, DRC, S. Sudan, Sudan)	Government of Uganda, CAR, DRC, Sou vs Lord's Resistance Army (LRA)	Government	1988/1988	64	+
<i>Americas</i>					
Colombia	Government of Colombia vs Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC, Revolutionary Armed Forces of Colombia)	Government	1964/1964	202	-
USA (Afghanistan Pakistan)	Government of USA, France vs al-Qaeda	Government	2001/2001	190	-
<i>Asia and Oceania</i>					
Afghanistan	Government of Afghanistan, Multinational coalition ^d				

(Afghanistan, Pakistan)	vs Hizb-i Islami-yi Afghanistan (Islamic Party of Afghanistan)	Government	1980/1980	44	--
	vs Taliban	Government	1995/1995	7 184	+
Cambodia, Thailand	Government of Cambodia vs Government of Thailand	Territory (Common border)	1975/1977	28	..
India	Government of India vs Communist Party of India–Maoist (CPI–Maoist) vs Kashmir insurgents	Government	2004/2005	287	-
		Territory (Kashmir)	1984/1989	140	--
Myanmar	Government of Myanmar vs Kachin Independence Organization (KIO) vs Democratic Karen Buddhist Army Brigade 5 (DKBA 5) vs Karen National Union (KNU) vs Restoration Council of Shan	Territory (Kachin)	1961/1961	209	..
		Territory (Karen)	2010/2010	115	++
		Territory (Karen)	1966/1966	203	+
		Territory (Karen)	1986/1996	44	..
		Territory (Shan)	2011/2011	141	

	States (RCSS) vs Shan State Progress Party (SSPP)				
Pakistan (Afghanistan, Pakistan)	Government of Pakistan vs Tehrik-i- Taliban Pakistan (TTP, Taliban Movement of Pakistan) vs Baluchistan Liberation Army (BLA)	Government Territory (Balochistan)	2007/2008 2004/2004	2 599 42	– ..
Philippines	Government of the Philippines vs Communist Party of the Philippines (CPP) vs Abu Sayyaf Group (ASG) vs Moro Islamic Liberation Front (MILF)	Government Territory (Mindanao) Territory (Mindanao)	1969/1969 1993/1933 1990/1990	205 80 83	0 0 ..
Tajikistan	Government of Tajikistan vs Islamic Movement of Uzbekistan (IMU)	Government	2005/2010	28	--

Thailand	Government of Thailand vs Patani insurgents	Territory (Patani)	1965/2003	142	++
<i>Europe</i>					
Russia	Government of Russia vs Forces of the Caucasus Emirate	Territory ('Caucasus Emirate')	2007/2007	359	-
<i>Middle East</i>					
Iran (Iran, Iraq)	Government of Iran vs Partî Jiyani Azadî Kurdistan (PJAK, Free Life Party of Kurdistan)	Government	2005/2005	219	..
Iraq	Government of Iraq, USA vs Ansar al-Islam (Supporters of Islam) vs Dawlat al-'Iraq al-Islamiyya (ISI, Islamic State of Iraq)	Government	2003/2004	27	..
		Government	2004/2004	834	-
Israel	Government of	Territory	1989/1993	25	..

	Israel vs Harakat al-Muqawarna al-Islamiyya (Hamas, Islamic Resistance Movement) vs Harakat al-Jihad al-Islami fi Filastin (PIJ, Palestinian Islamic Jihad)	(Palestinian territories) Territory (Palestinian territories)	1987/1995	31	+
Syria	Government of Syria vs Free Syrian Army (FSA)	Government	2011/2011	842	..
Turkey (Iraq, Turkey)	Government of Turkey vs Partiya Karkerên Kurdistan (PKK, Kurdistan Workers' Party)	Territory ('Kurdistan')	1983/1984	599	+ +
Yemen	Government of Yemen, USA vs al-Qaeda in the Arabian Peninsula (AQAP)	Government	2009/2009	1 140	+ +

CAR = Central African Republic; DRC = Democratic Republic of the Congo.

(A) Location refers to the state whose government is being challenged by an opposition organization. If fighting took place elsewhere, all countries where fighting took place are listed in brackets. The location name appears once for each conflict in the location. There can only be 1 conflict over government and 1 conflict over a specific territory in a given location.

(B) Start year refers to the onset of a given dyad (i.e. the fighting between a government and a rebel group or another government). The first year given is when the first recorded battle-related death in the dyad occurred and the second year is the year when fighting caused at least 25 battle-related deaths for the first time.

⁽⁵⁾ 'Change from 2010' is measured as the increase or decrease in the number of battle-related deaths in 2011 compared to the number of battle-related deaths in 2010. The symbols represent the following changes: ++ = increase in battle-related deaths of >50%; + = increase in battle-related deaths of >10 to 50%; 0 = stable rate of battle-related deaths (-10 to +10%); - = decrease in battle-related deaths of >10 to 50%; -- = decrease in battle-related deaths of >50%; . . = the conflict was not active in 2010.

⁽⁶⁾ The following countries contributed troops to the coalition in 2011: Albania, Armenia, Australia, Austria, Azerbaijan, Belgium, Bosnia and Herzegovina, Bulgaria, Canada, Croatia, Czech Republic, Denmark, El Salvador, Estonia, Finland, France, Georgia, Germany, Greece, Hungary, Iceland, Ireland, Italy, Latvia, Lithuania, Luxembourg, FYR Macedonia, Malaysia, Mongolia, Montenegro, Netherlands, New Zealand, Norway, Poland, Portugal, Romania, Singapore, Slovakia, Slovenia, Spain, Sweden, South Korea, Tonga, Turkey, Ukraine, UAE, UK and USA.

Source: UCDP Dyadic Dataset v. 1-2012 and UCDP Battle-related Deaths Dataset v. 5-2012b, (<http://www.pcr.uu.se/research/ucdp/datasets/>).

Tabela 1.4. State-based conflict, by intensity, type and region, 2002–11

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	32	30	32	32	33	35	37	36	31^a	37
<i>Intensity</i>										
Minor	26	25	25	27	28	31	32	30	27	31
War	6	5	7	5	5	4	5	6	4	6
<i>Type</i>										
Interstate	1	2	–	–	–	–	1	–	–	1
Intrastate	28	26	28	26	27	30	30	28	22	27
Internationalized intrastate	3	2	4	6	6	5	6	8	9	9
<i>Region</i>										
Africa	15	10	10	7	10	12	13	12	10	15

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Americas	2	1	3	2	2	3	3	3	3	2
Asia and Oceania	12	15	14	16	15	14	15	15	12	13
Europe	1	1	2	2	1	2	2	1	1	1
Middle East	2	3	3	5	5	4	4	5	5	6

(*) One conflict has been added to the total for 2010 given in [SIPRI Yearbook 2011](#), that between the Ethiopian Government and the Oromo Liberation Front, because newly available information indicates that it passed the threshold of 25 battle-related deaths in that year.

Tabela 1.5. Non-state conflicts in 2011

For more detailed definitions of the terms used see 'Sources and methods' below.

Location ^a	Side A	Side B	Organization level ^b	Start year ^c	Fatalities, 2011	Change from 2010 ^d
<i>Africa</i>						
CAR	CPJP	UFDR	1	2011	60	..
Côte d'Ivoire	e Guéré	Malinké	3	2011	33	..
DRC	FDC	FDLR	1	2011	27	..
Guinea	Kpelle	Malinké	3	2011	25	..
Kenya	Borana	Turkana	3	2011	29	..
Kenya	Dassanetch	Turkana	3	1997	55	..
Kenya	Toposa	Turkana	3	1992	26	..
Nigeria	Biom	Fulani	3	2010	100	++

Location ²	Side A	Side B	Organization level ³	Start year ²	Fatalities, 2011	Change from 2010 ¹
Nigeria	Christians (Nigeria)	Muslims (Nigeria)	3	1991	830	..
Nigeria	Ezilo	Ezza	3	2011	50	..
Nigeria	Fulani	Tiv	3	2011	124	..
Nigeria	Hausa	Sayawa	3	2011	38	..
Nigeria	Supporters of ACN	Supporters of PDP	2	2008	26	..
Somalia	Al-Shabab	Shabelle Valley Alliance (SVA)	1	2011	36	..
Somalia	Forces of Shayk Muhammad Said Atom	Puntland state of Somalia	1	2010	33	..
Somalia	Sa'ad subclan of Habar Gidir clan (Hawiye)	Suleiman subclan of Habar Gidir clan (Hawiye)	3	2004	40	..

Location ²	Side A	Side B	Organization level ³	Start year ²	Fatalities, 2011	Change from 2010 ⁴
Sudan	Atuot Dinka	Jur Beli	3	2011	43	..
Sudan	Bor Dinka	Murle	3	2007	44	..
Sudan	Dinka	Nuer	3	1997	133	–
Sudan	Gony Dinka	Thiyic Dinka	3	2011	95	..
Sudan	Lou Nuer	Murle	3	2006	1415	..
Sudan	Misseria	Ngok Dinka	3	2011	212	..
<i>Americas</i>						
Mexico	CIDA	La Barredora	1	2011	105	..
Mexico	Gulf Cartel	Los Zetas	1	2010	345	–
Mexico	Jalisco Cartel New Generation (Cártel de Jalisco Nueva	La Resistancia	1	2011	33	..

Location ²	Side A	Side B	Organization level ³	Start year ²	Fatalities, 2011	Change from 2010 ⁴
	Generación)					
Mexico	Jalisco Cartel New Generation	Los Zetas	1	2011	101	..
Mexico	Juarez Cartel	Sinaloa Cartel	1	2008	1668	-
Mexico	La Familia Templarios (the Knights Templar)	Los Caballeros	1	2011	100	..
Mexico	Los Zetas	Sinaloa Cartel	1	2010	85	++
<i>Asia and Oceania</i>						
Afghanistan	Hizb-i Islami-yi Afghanistan	Taliban	1	1994	25	..
India	NSCN-Isaac- Muivah faction	NSCN- Khaplang faction	1	2005	37	..
Pakistan	Lashkar-e-Islam	Lashkar (army) of	1	2011	128	..

Location ²	Side A	Side B	Organization level ³	Start year ²	Fatalities, 2011	Change from 2010 ¹
	(Army of Islam)	Zakakhel tribe				
Pakistan	Lashkar-e-Islam	TTP–Tariq Afridi	1	2011	41	..
Pakistan	Lashkar of the Kukikhel clan	TTP	1	2011	60	..
Pakistan	Lashkar of the Masozai Qaumi tribe	TTP	1	2011	79	..
Philippines	Bangsamoro Islamic Freedom Fighters (BIFF)	Moro Islamic Liberation Front (MILF)	1	2011	31	..
<i>Middle East</i>						
Egypt	Copts (Egypt)	Muslims (Egypt)	3	2011	31	..
Syria	Opponents of Bashar al-Assad	Supporters of Bashar al-Assad	2	2011	30	..

ACN = Action Congress of Nigeria; CIDA = Cártel Independiente de Acapulco (Independent Cartel of Acapulco); CPJP = Convention des patriotes pour la justice et la paix (Convention of Patriots for Justice and Peace); FDC = Forces de défense congolaise (Congolese Defence Force); FDLR = Forces démocratiques de libération du Rwanda (Democratic Liberation Forces of Rwanda); NSCN = National Socialist Council of Nagaland; PDP = People's Democratic Party; TTP = Tehrik-i-Taliban Pakistan (Taliban Movement of Pakistan); UFDR = Union des Forces démocratiques pour le rassemblement (Union of Democratic Forces for Unity).

^(a) Location refers to the geographical location of the fighting.

^(b) Organization level: 1 = formally organized groups; 2 = informally organized supporter groups; and 3 = informally organized ethnic or religious groups. See 'Sources and methods' for full details.

^(c) Start year is the first year (since 1988) when conflict caused 25 fatalities.

^(d) 'Change from 2010' is measured as the increase or decrease in the number of battle-related deaths in 2011 compared to the number of battle-related deaths in 2010. The symbols represent the following changes: ++ = increase in battle-related deaths of >50%; + = increase in battle-related deaths of >10 to 50%; 0 = stable rate of battle-related deaths (-10 to +10%); - = decrease in battle-related deaths of >10 to 50%; -- = decrease in battle-related deaths of >50%; ·· = the conflict was not active in 2010.

Source: UCDP Non-state Conflict Dataset, v. 2.4-2012, 1989–2011, (<http://www.pcr.uu.se/research/ucdp/datasets/>).

Tabela 1.6. Non-state conflict, by subcategory and region, 2002–11

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	35	39	26	29	27	19	35	26	27	38
<i>Subcategory</i>										
Formally organized groups	13	15	13	11	7	10	13	9	16	18
Informally organized supporter groups	1	3	1	–	1	–	2	1	–	2
Informally organized ethnic or religious groups	21	21	12	18	19	9	20	16	11	18
<i>Region</i>										
Africa	30	34	20	22	21	11	23	18	13	22

Americas	2	2	3	3	-	-	3	3	7	7
Asia and Oceania	2	2	2	4	5	5	8	5	6	7
Europe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Middle East	1	1	1	-	1	3	1	-	1	2